

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação em baixa, gastos em alta (Editorial) 3

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Primeiro cortar os gastos tributários (Artigo) 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Investidor estrangeiro consegue no TRF-3 afastar cobrança de Imposto de Renda 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Arcabouço fiscal 9

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Conta não fecha: expansão de despesas públicas dificulta déficit zero no Orçamento de 2024,
dizem economistas 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: sem prazo 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Títulos verdes podem captar R\$ 10 bilhões 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Emenda no Senado busca conectar reforma tributária à economia digital - CAPITAL S/A
..... 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende maior aproximação econômica entre Brasil e EUA 17

FOLHA ONLINE - SP - FOLHA INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

É verídica nota fiscal com imposto de R\$ 31,45 sobre produto de R\$ 3,15 18

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresário brasileiro vira empregado da Receita, por dedicação ao fisco, diz presidente do
TCU 19

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

74% do mercado espera que Senado conclua reforma tributária até fim de 2023, diz pesquisa
..... 20

VALOR ONLINE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

OCDE quase dobra projeção do PIB do Brasil para 3,2% em 2023 - ASSIS MOREIRA 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para arrumar a gestão macroeconômica - RAUL VELLOSO 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB sobe 3,2%, diz Fazenda 26

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo prepara novo fundo do BNDES para financiar a indústria bélica nacional 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo avalia reajustar servidores com parte de receita extra em 2024 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Nossa proposta não terá viés de redução do Estado" 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Analistas veem corte de 0,5 ponto da Selic em reunião do Copom 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

A economia em melhora constante - MÍRIAM LEITÃO 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Novo PAC mira setor privado, mas atrair empresas é desafio 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Haddad diz que Congresso Nacional tem "abertura" para discutir taxaço 41

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O desafio da taxa de juros (Artigo) 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Commodities levam dólar a R\$ 4,85 44

Arrecadação em baixa, gastos em alta (Editorial)

O ritmo de arrecadação de **impostos** tem desacelerado de forma expressiva nos últimos meses, comportamento que amplia os enormes desafios do governo federal na área fiscal. Pelo dado mais recente divulgado pela **Receita Federal**, referente a julho, as receitas somaram R\$ 201,829 bilhões, queda real de 4,20% em relação ao mesmo mês do ano passado.

À época, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, minimizou a importância do resultado. Segundo ele, a arrecadação de julho de 2022 foi mais alta em razão dos preços mais elevados das commodities, que, mais recentemente, retomaram patamares mais próximos da normalidade.

Não fosse o desempenho extraordinário dos setores de petróleo e mineração, as receitas teriam aumentado 4,69% em termos reais de janeiro a julho, sustentou Malaquias.

O otimismo manifestado por Malaquias começou a ruir. Reportagem do Estadão revelou que a **Receita Federal** identificou uma forte queda na arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), especialmente entre grandes empresas. A redução teria sido de 16,44% em julho, já descontada a **inflação**, e de 5,69% nos sete primeiros meses deste ano.

Até agora, o governo ainda não tem um diagnóstico claro a explicar esse resultado.

Somente os dados a serem divulgados nos próximos meses dirão se essas perdas estão relacionadas apenas ao recuo no preço das commodities ou a algum outro fato. Fato é que a perda de vigor na arrecadação traz novas preocupações, sobretudo quando acontece não em uma recessão, mas em um momento de crescimento econômico e de taxas de desemprego em níveis historicamente baixos.

Se ainda não se conhecem claramente as causas por trás desse fenômeno, as consequências são bastante sabidas. A queda da arrecadação do governo federal reverberou diretamente no caixa de Estados e municípios. Afinal, a arrecadação de **impostos** federais, como o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é compartilhada com os governos regionais por meio dos Fundos de

Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

As contas de Estados e municípios, por sua vez, já não estavam em patamares confortáveis. Segundo a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), a arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) caiu 9,76% nos seis primeiros meses deste ano - queda relacionada às leis complementares 192 e 194, que impuseram um teto nas alíquotas de ICMS sobre bens essenciais, como combustíveis, energia e telecomunicações.

Até agora, para conter danos ainda maiores, como a desoneração da folha dos municípios, o governo federal tem aceitado negociar. A Câmara aprovou a antecipação de um repasse de R\$ 10 bilhões pelas perdas dos Estados e municípios com o ICMS mais baixo. Além disso, para compensar a queda nas transferências dos fundos regionais, os deputados determinaram que a União fizesse repasses extras de R\$ 2,3 bilhões aos municípios e de R\$ 1,6 bilhão aos Estados.

Essa ajuda não seria um problema tão grande se se tratasse de algo pontual em um momento de crise. Mas a realidade é que os governadores, mesmo sabendo que a imposição de um teto sobre o ICMS teria consequências sobre suas finanças, ampliaram gastos estruturais com o funcionalismo público com novas contratações e reajustes salariais.

Os gastos com salários aumentaram de R\$ 332 bilhões em 2022 para R\$ 369 bilhões neste ano, e a quantidade de **servidores públicos** subiu 8% no ano passado e 5% em 2023, segundo a Bahia Asset Management informou ao Estadão.

É mais um fator a levantar novas dúvidas sobre a credibilidade das metas fiscais. Diante do tamanho do auxílio, cabe ao governo federal dar o exemplo, rever seus próprios gastos e impor contrapartidas mínimas aos governadores e prefeitos. Quanto ao Congresso, fica cada vez mais claro que não terá alternativa a não ser aprovar medidas tributárias propostas pelo governo para taxar fundos exclusivos, offshores e apostas esportivas - se não pela União, pelos Estados e municípios.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Primeiro cortar os gastos tributários (Artigo)

GUILHERME CEZAR COELHO

As pressões para que o governo federal faça uma reforma administrativa com o objetivo de reduzir as despesas são uma cortina de fumaça para adiar, mais uma vez, o debate sobre o imenso gasto público representado pelas isenções fiscais. Esses gastos, pagos pela sociedade brasileira, devem superar os R\$ 486 bilhões no próximo ano, mais que o dobro do rombo do Orçamento federal.

É necessário que governo e Congresso façam um exame minucioso sobre cada item desse Titanic, que reduz nossa eficiência econômica e ameaça nos afundar numa crise fiscal. Isso tudo muito antes de cogitar qualquer mudança sobre serviços públicos. Importante lembrar que 77% dos brasileiros não têm nenhum plano de saúde e que 83% das crianças e adolescentes no ensino fundamental estão em escolas públicas.

Em estudo de 2019, a **Receita Federal** recomendou ao governo que a revisão e a redução de isenções deveriam ser feitas de maneira integrada à **reforma tributária** - com transições que garantissem segurança jurídica. Dá a dica de que ao menos R\$ 50 bilhões poderiam ser reduzidos ano a ano, cumulativamente.

Uma ótima notícia para o Brasil.

Segundo esse estudo, os gastos com isenções corresponderam a 4,25% do **PIB**, quando o ideal seria 2%. Entre essas despesas, o maior gasto tributário em 2024 será com o Simples Nacional: R\$ 119 bilhões, o que torna sua análise incontornável.

Apesar do nome, o Simples complica muito o nosso cipoal tributário, contribuindo para a "desigualdade horizontal" na tributação. Para uma mesma renda, existe no país uma enorme variação entre as alíquotas aplicadas, dependendo de como se recebe o dinheiro. Carteira assinada, Simples, MEI, distribuições de lucro presumido ou de lucro real. Cada regime tem regras e custos diferentes. Nada menos isonômico.

O Simples está no centro disso, causando enorme distorção. Criado para estimular o empreendedorismo, acabou se transformando em incentivo à pejetização de profissionais qualificados, usado para manobras fiscais de empresas que se dividem em várias, de forma a continuar dentro do limite de faturamento anual de R\$ 4,8 milhões.

No lugar de discutir o problema, o Congresso tem uma proposta para ampliar esse limite, o que significa onerar ainda mais a sociedade.

O MEI (Microempreendedor Individual) -que reúne 14 milhões de contribuintes pelo Brasil afora faturando até R\$ 6.750 por mês - é outro tema que merece reflexão e reforma.

Na semana passada lemos que se pretende ampliar o limite de faturamento, passando de R\$ 81 mil para R\$ 144,9 mil por ano. Em parte atendendo à sempre necessária correção inflacionária quando se fala em **tributos**, essa mudança adia uma necessária revisão. O MEI, como o Simples, gera ineficiência alocativa ao incentivar empreendedores a não ultrapassar o teto de faturamento, mantendo-se "micro" e, assim, reduzindo seu acesso a escala e tecnologia, por consequência, limitando sua produtividade. O MEI ainda esconde uma bomba-relógio para a Previdência, um problema ainda sem discussão.

Um modo de enfrentar as distorções - e liberar empreendedores para crescer - é reduzir os custos com folha salarial e os **impostos** de renda, de cidadãos e empresas. Apenas depois disso, é preciso rever as isenções concedidas para lucros e dividendos, algo que existe em apenas mais duas ou três nações.

Ao realizar essas mudanças, aplicando isonomia e simplificação, o país permitirá que cada empresário escolha como empreender, sem ficar preso a regimes tão díspares que atrapalham sua mobilidade. Fiscalmente, o Estado economizaria nessas isenções e encontraria "o meio do caminho" ideal, reduzindo a tributação sobre folha e imposto de renda de empresas. E tentaria evitar uma crise na Previdência.

São iniciativas que podem tornar o Brasil mais competitivo e atraente para investimentos produtivos, induzindo o fortalecimento do mercado interno, condições que favorecem o crescimento sustentado, coisa boa para toda a população - e nosso maior desafio.

Segundo estudo da **Receita Federal**, os gastos com isenções corresponderam a 4,25% do **PIB**, quando o ideal seria 2%

Guilherme Cezar Coelho é cineasta e fundador da Samambaia.org

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Investidor estrangeiro consegue no TRF-3 afastar cobrança de Imposto de Renda

Bárbara Pombo De Brasília

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo, proferiu uma decisão tributária com impacto para investidores estrangeiros. Liberou um fundo americano de recolher o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com alíquota de 15%, sobre operação simbólica de câmbio feita para alterar a modalidade do registro de investimento no Banco Central (BC).

Trata-se, segundo advogados tributaristas, de um precedente relevante para o mercado, por ser a primeira decisão que se tem conhecimento sobre o assunto. O entendimento foi adotado pelos desembargadores da 4ª Turma do TRF-3, de forma unânime.

"Fixa o entendimento de que operação simultânea de câmbio para fins de conversão de investimento não é fato gerador do Imposto de Renda", diz Caio Malpighi, do VBSO Advogados, acrescentando que, para a tributação, deve haver uma alienação efetiva, com o investidor indo a mercado para vender o ativo.

Na operação simultânea de câmbio, não há efetiva remessa de dinheiro ao exterior. É algo simbólico.

Além de controle cambial, serve, afirmam advogados, para marcar o valor do investimento e a data de referência da aquisição.

"A **Receita Federal** interpreta que, nessa operação, há efetiva alienação de um bem e aquisição de outro, o que gera o gatilho para a tributação pelo Imposto de Renda", explica Daniel Franco Clarke, da área tributária do escritório Mannrich e Vasconcelos.

No caso analisado pelos desembargadores, o fundo americano Global Environmental Emerging Markets Fund II tinha participação societária em uma holding no Brasil, chamada Daleth Participações S/A. Essa empresa, por sua vez, possuía ações de outras empresas, em especial da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).

Em 2014, a Daleth aprovou em assembleia uma redução de seu capital social e transferiu parte de suas ações da Sanepar para o Global Environmental. De acordo com o processo, com o valor das ações da

Sanepar em baixa, não houve ganho de capital nessa operação.

Com o recebimento de ações negociadas em bolsa de valores, o fundo teve que alterar a modalidade de investimento no Banco Central, de investidor estrangeiro direto para conta de investimentos externos nos mercados financeiro e de capitais - chamado de "investidor 4.373".

Essa migração implica, por exigência do BC e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que sejam realizadas operações simultâneas (simbólicas) de câmbio.

A questão é que, no caso específico, isso foi feito apenas em 2016 - dois anos depois de as ações terem sido transferidas.

Naquele ano, as ações da Sanepar estavam valorizadas. Com receio de sofrer a retenção do Imposto de Renda, o fundo impetrou um mandado de segurança preventivo na Justiça Federal para ser dispensado do pagamento do tributo.

Wagner Silva Rodrigues, do escritório LRNG Advogados, que representou o fundo no processo, afirma que o caso é particular porque houve um descasamento entre o recebimento das ações e a operação simbólica de câmbio.

"Mas a decisão tem contorno relevante para outros contribuintes, porque o fato gerador do IRRF é amplo. Vários fenômenos podem caracterizá-lo", diz o advogado.

Segundo ele, as operações de câmbio são vinculadas a negócios subjacentes, como uma compra e venda ou de reestruturação societária.

Por isso, afirma o advogado, não podem representar "nova realidade" para permitir a tributação.

A Fazenda Nacional, no processo, defende que, ainda que ficta, a operação simultânea de câmbio delimita o fato gerador do imposto, ou seja, o momento em que se considera ocorrido o ganho de capital. É nesse momento, argumenta, que o investidor adquire plena disponibilidade jurídica e econômica da renda proveniente da redução do capital.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187663>

Para os desembargadores, no entanto, o imposto poderia ser cobrado com o arquivamento, na Junta Comercial, do ato da assembleia que aprovou a redução de capital da sociedade.

"Neste momento, constituiuse definitivamente a entrega das ações da Sanepar para a impetrante [fundo]", afirma, no voto, a relatora, desembargadora Marli Ferreira (apelação nº 5001459-04.2016.4.03.6100).

Ela destaca, no entanto, que, no caso, não houve ganho de capital nessa transferência. "A valorização das ações da Sanepar deuse quando a posse de tais títulos já compunha o acervo patrimonial da impetrante, somente sendo o caso de tributação se houver a venda das ações", diz.

A relatora acrescenta que não há, no ordenamento jurídico, inclusive em normas infraconstitucionais do BC, previsão específica para o momento da ocorrência do fato gerador sobre as operações simultâneas de câmbio realizadas por investidor estrangeiro. Dessa forma, afirma, aplica-se a regra geral do artigo 116 do CTN [Código Tributário Nacional] - "tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável".

Em nota ao Valor, a PGFN afirma que pode reverter o entendimento do TRF-3 nos tribunais superiores.

Reforça que o fato gerador do ganho de capital se verifica na disponibilidade jurídica dos valores, que é efetuada com a solicitação da conversão da modalidade de investimento estrangeiro direto para o de mercado financeiro e de capitais. "Esse procedimento implica efeitos jurídicos idênticos aos de uma alienação da participação societária", diz.

Afirma ainda que, embora não exista efetiva movimentação de recursos, as operações simbólicas e simultâneas de câmbio se equiparam à saída (baixa) e retorno do investimento (nova internalização). Fazem o papel de "ordens de pagamento para e do exterior" que ocorreriam em caso de circulação efetividade divisas.

"Embora a remessa e o reingresso de numerário ocorram de forma escritural, a operação é precificada e atenta ao valor dos ativos, sendo exigíveis diversos documentos comprobatórios da dimensão econômica da transação", diz.

"Receita interpreta que há efetiva alienação de um bem e aquisição de outro" Daniel F. Clarke

Arcabouço fiscal

CÁSSIA ALMEIDA

O governo vem tentando aumentar as receitas para conseguir cumprir a meta de déficit zero prevista no arcabouço fiscal no ano que vem.

Mas cálculos exclusivos de Margarida Gutierrez e Francisco Eduardo Pires de Souza, do grupo de Conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ, mostram que o principal risco para as contas públicas em 2024 está nas despesas.

Será difícil para o governo cumprir a meta de crescimento da despesa pública de no máximo 2,5% real (descontada a **inflação**), conforme prevê a regra fiscal recém-aprovada.

Economistas argumentam que a maior parte das despesas vai crescer acima desse teto, porque é regulada por outros fatores, como o salário mínimo e os pisos constitucionais de saúde e educação, que acompanham o avanço da arrecadação federal. Isso representa 63% do total.

Na prática, o governo só tem margem para mexer no equivalente a 37% dos gastos, nos quais estão incluídos dispêndios com pessoal, ativos e inativos, Bolsa Família, investimento e custeio da máquina.

Nas contas dos economistas, é justamente nesse grupo de despesas que o governo ainda terá de cortar 5,5% real (descontada a **inflação**) para fazer o arcabouço ficar de pé e cumprir o limite de despesas previsto.

No grupo de gastos que o governo não tem margem de manobra estão **INSS**, Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda), abono e seguro-desemprego.

Nos cálculos de Margarida e Pires de Souza, esse bloco vai crescer 7,2% no próximo ano, bem acima do limite da regra fiscal.

-A conta não fecha. Mesmo com a ajuda da **inflação** de 4,93% que vai indexar os gastos, o ajuste vai ser duro, difícil, nessas outras despesas. E não adianta aumentar as receitas que os desembolsos não podem crescer mais do que 2,5% - diz Margarida.

O governo tem anunciado algumas medidas para conter despesas. No próximo ano, a previsão é de

reajuste zero no Orçamento para o funcionalismo.

Mas está prevista a abertura de 8 mil vagas por concurso público. E há pressão dos servidores para correção salarial. Legislativo e Judiciário tiveram aumento de 18% escalonado em três anos.

- Pode ser pressão para os anos seguintes que não está considerada na peça orçamentária - diz Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado.

INSS: GASTO SUBESTIMADO Nas contas dos economistas da UFRJ, as despesas com aposentados e pensionistas do **INSS** vão subir 4,3% em termos reais. O cálculo leva em conta a nova regra de valorização do salário mínimo. Segundo esta, o piso salarial vai corresponder à expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, ou seja, de 2021, de 2,9%. E considera ainda o ingresso de novos aposentados e pensionistas, o que vai corresponder a um aumento de 3% nesse gasto.

- A população está envelhecendo mais rapidamente do que se pensava - diz Margarida.

Vilma calculou que a despesa com o **INSS** prevista no projeto de lei orçamentária que foi para Congresso mês passado está subestimada em R\$ 19 bilhões, o que pode elevar mais a compressão de outros gastos: -É uma conta que não fecha a médio prazo. Se o governo não revisar os gastos, se não for feita reavaliação das despesas para melhorar a efetividade, a eficiência desses gastos, vai haver desequilíbrio.

Outra despesa alta que também é reajustada pelo salário mínimo é o BPC. Os economistas projetam alta real de 6%, com aumento no número de atendidos de 3%. Abono e seguro-desemprego seguem o mínimo.

O economista Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central, tem chamado a atenção para esse problema de origem do arcabouço fiscal: um volume considerável de despesas, mais de 60%, que não vão obedecer ao limite de alta de 2,5%.

Pela nova regra, os gastos podem subir acima da **inflação**, mas devem ter proporção máxima de 70% da expansão da receita. E estão sujeitos a um teto de 2,5% ao ano.

-O governo vai ter que escolher prioridades. É um sistema insustentável, é só uma questão de tempo.

Alguma coisa vai ter que mudar. Uma opção é mudar os pisos constitucionais e a questão previdenciária - diz Volpon. - Outra é ir empurrando com a barriga, mas só está contratando o dia do juízo final.

Para ele, pode-se até abandonar a regra de alguma forma ou tirar despesas do alcance do arcabouço, mas terá impacto: -O que será extremamente negativo para a sustentação do endividamento público. Juro vai subir, câmbio vai depreciar, não tem lanche grátis.

SAÚDE E EDUCAÇÃO Outro grupo importante de despesas não seguirá a regra: os gastos com saúde e educação.

Por ordem constitucional, seguem um mínimo que acompanha a receita e a arrecadação.

Como esses desembolsos ficaram congelados com o teto de gastos criado no governo **Temer**, em 2016, está previsto um avanço importante no ano que vem.

Os dispêndios com saúde estão indexados a 15% da receita corrente líquida, e a educação, a 18% da arrecadação dos **impostos** federais. Com isso, o gasto em 2024 na saúde cresce 25,8%, e a educação, 5%, em termos reais.

O problema vai ser onde cortar.

Como as despesas cresceram bastante em 2023, lembra Margarida, a questão pode ser adiada para 2025. A saída pode ser o contingenciamento de recursos, mas resta definir quais serão os bloqueios.

-Vai cortar no Bolsa Família, no investimento que o governo prometeu que não ia cortar, no pessoal? Em 2024, ainda tem alguma gordura para cortar, em 2025, não - alerta Margarida.

O Ministério da Fazenda, procurado na sexta-feira, disse ontem que "as projeções de despesa são feitas pelos ministérios setoriais".

"O governo vai ter que escolher prioridades. É um sistema insustentável, é só uma questão de tempo"

Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230918/>

Conta não fecha: expansão de despesas públicas dificulta déficit zero no Orçamento de 2024, dizem economistas

O governo vem tentando aumentar as receitas para conseguir cumprir a meta de déficit zero prevista no arcabouço fiscal no próximo ano. Mas cálculos exclusivos de Margarida Gutierrez e Francisco Eduardo Pires de Souza, do grupo de Conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ, mostram que o principal risco para as contas públicas em 2024 está nas despesas.

Será difícil para o governo cumprir a meta de crescimento da despesa pública de no máximo 2,5% real (descontada a **inflação**), conforme prevê a regra fiscal recém-aprovada.

Economistas argumentam que a maior parte das despesas vai crescer acima desse teto, porque é regulada por outros fatores, como o salário mínimo e os pisos constitucionais de saúde e educação, que acompanham o avanço da arrecadação federal. Isso representa 63% do total.

Na prática, o governo só tem margem para mexer no equivalente a 37% dos gastos, nos quais estão incluídos dispêndios com pessoal, ativos e inativos, Bolsa Família, investimento e custeio da máquina.

Nas contas dos economistas, é justamente nesse grupo de despesas que o governo ainda terá de cortar 5,5% real (descontada a **inflação**) para fazer o arcabouço ficar de pé e cumprir o limite de despesas previsto.

No grupo de gastos que o governo não tem margem de manobra estão **INSS**, Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda), abono e seguro-desemprego. Nos cálculos de Margarida e Pires de Souza, esse bloco vai crescer 7,2% no próximo ano, bem acima do limite da regra fiscal.

- A conta não fecha. Mesmo com a ajuda da **inflação** de 4,93% que vai indexar os gastos, o ajuste vai ser duro, difícil, nessas outras despesas. E não adianta aumentar as receitas que os desembolsos não podem crescer mais do que 2,5% - diz Margarida.

O governo tem anunciado algumas medidas para

conter despesas. No próximo ano, a previsão é de reajuste zero no Orçamento para o funcionalismo. Mas está prevista a abertura de 8 mil vagas por concurso público. E há pressão dos servidores para correção salarial. Legislativo e Judiciário tiveram aumento de 18% escalonado em três anos.

-Pode ser pressão para os anos seguintes que não está considerada na peça orçamentária - diz Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado.

Nas contas dos economistas da UFRJ, as despesas com aposentados e pensionistas do **INSS** vão subir 4,3% em termos reais. O cálculo leva em conta a nova regra de valorização do salário mínimo. De acordo com ela, o piso salarial vai corresponder à expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, ou seja, de 2021, de 2,9%.

Além disso, também considera o ingresso de novos aposentados e pensionistas, o que vai corresponder a um aumento de 3% nesse gasto.

- A população está envelhecendo mais rapidamente do que se pensava - diz Margarida.

Vilma calculou que a despesa com o **INSS** prevista no projeto de lei orçamentária que foi para Congresso mês passado está subestimada em R\$ 19 bilhões, o que pode elevar mais a compressão de outros gastos:

- É uma conta que não fecha a médio prazo. Se o governo não revisar os gastos, se não for feita reavaliação das despesas para melhorar a efetividade, a eficiência desses gastos, vai haver um desequilíbrio.

Outra despesa alta que também é reajustada pelo salário mínimo é o BPC. Os economistas projetam alta real de 6%, com aumento no número de atendidos de 3%. Abono e seguro-desemprego seguem o mínimo.

O economista Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central, tem chamado a atenção para esse problema de origem do arcabouço fiscal: um volume considerável de despesas, mais de 60%, que não vão obedecer ao limite de alta de 2,5%. Pela nova regra,

os gastos podem subir acima da **inflação**, mas devem ter proporção máxima de 70% da expansão da receita. E estão sujeitas a um teto de 2,5% ao ano.

-O governo vai ter que escolher prioridades. É um sistema insustentável, é só uma questão de tempo. Alguma coisa vai ter que mudar. Uma opção é mudar os pisos constitucionais e a questão previdenciária - diz Volpon. - Outra é ir empurrando com a barriga, mas só está contratando o dia do juízo final.

Para ele, pode-se até abandonar a regra de alguma forma ou tirar despesas do alcance do arcabouço, mas terá impacto:

- O que será extremamente negativo para a sustentação do endividamento público. Juro vai subir, câmbio vai depreciar, não tem lanche grátis.

Outro grupo importante de despesas não seguirá a regra: os gastos com saúde e educação. Por ordem constitucional, seguem um mínimo que acompanha a receita e a arrecadação. Como esses desembolsos ficaram congelados com o teto de gastos criado no governo **Temer**, em 2016, está previsto um avanço importante no ano que vem.

Os dispêndios com saúde estão indexados a 15% da receita corrente líquida e a educação a 18% da arrecadação dos **impostos** federais. Com isso, o gasto em 2024 na saúde cresce 25,8% e a educação, 5%, em termos reais.

O problema vai ser onde cortar. Como as despesas cresceram bastante em 2023, lembra Margarida, a questão pode ser adiada para 2025. A saída pode ser o contingenciamento de recursos, mas resta definir quais serão os bloqueios.

- Vai cortar no Bolsa Família, no investimento que o governo prometeu que não ia cortar, no pessoal? Em 2024, ainda tem alguma gordura para cortar, em 2025, não - alerta Margarida.

O Ministério da Fazenda, procurado na sexta-feira, disse ontem que "as projeções de despesa são feitas pelos ministérios setoriais".

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/19/costa-nao-fecha-expansao-de-despesas-publicas-dificulta-deficit-zero-no-orcamento-de-2024-dizem-economistas.ghtml>

Tributária: sem prazo

Denise Rothenburg

Nova York - O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), afirmou ao Correio, num dos intervalos do seminário "Brazil on Focus", da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Fiesp na Bolsa de Valores de Nova York, que não tem prazo fixo para a votação da **reforma tributária**, tema que, horas antes, havia sido referido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como de fundamental importância, o "principal" dever de casa para gerar confiança nos investidores.

"Estaremos focados nas sabatinas", disse Alcolumbre, referindo-se às indicações que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda fará para a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, e aos que já foram indicados para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Daniela Teixeira, por exemplo, a primeira desta fila, tem sabatina prevista para uma data entre 27 de setembro e 4 de outubro.

Há um receio em relação a essa demora, porque, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, Alcolumbre atrasou por meses a sabatina de André Mendonça para o STF por causa do seu interesse em indicar Luiz Salomão, do STJ, para o Supremo. Agora, ele não terá muito espaço para essa mesma pressão, porque há todo um movimento nacional em prol da **reforma tributária**. À reportagem, o senador afirmou que não repetirá a dose. "Eu não vou segurar. Mas não há previsão", repetiu. (DR)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/19/all.pdf>

Títulos verdes podem captar R\$ 10 bilhões

Denise Rothenburg Enviada especial Rafaela Gonçalves

Nova York - O governo brasileiro espera captar pelo menos R\$ 10 bilhões com o lançamento de títulos verdes do Tesouro Nacional.

De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a ideia é usar esses recursos para o financiamento de projetos da agenda de transição ecológica.

Os planos foram apresentados a investidores em evento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na Bolsa de Valores de Nova York, com o tema: "Brasil em foco: mais verde e comprometido com o desenvolvimento sustentável".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que evita falar em números, mencionou em entrevista, na chegada ao evento, que o lançamento dos títulos verdes deve ocorrer entre "setembro ou outubro". "É um começo, o Brasil pode captar muito mais, mas quem vai decidir valores é o Tesouro", afirmou.

Segundo Haddad, o montante obtido será não só para exportar energia limpa, mas também para usar essa energia na produção de bens manufaturados no Brasil. "A receptividade [dos títulos] é a melhor possível, porque esses recursos estão carimbados para financiar projetos sustentáveis com taxas de juros mais convidativas das que nós temos hoje", avaliou o ministro, que teve encontro também com o enviado presidencial especial para o clima do governo dos Estados Unidos, John Kerry.

Ao ser questionado sobre a emissão de títulos e as agendas em curso, como a **reforma tributária** e os projetos que incrementam a arrecadação, o ministro definiu as pautas como "complementares".

"Está tudo caminhando no cronograma estabelecido, não há atrasos", garantiu Haddad, que, assim como todo o governo, está dedicado a passar confiança aos investidores.

Sobre as polêmicas envolvendo a tributação de offshores e de fundos exclusivos, proposta pelo governo com o intuito de tributar os chamados "super-ricos", o chefe da Fazenda vê com naturalidade os embates e disse confiar em um "clima favorável".

"Toda medida que você toma gera alguma

inquietação, mas vamos rever isso. A verdade é que o Congresso está debruçado sobre todas as ações que nós enviamos, com um grau de abertura bastante significativo. Às vezes sugere alguma emenda, o que é natural em um processo democrático", observou.

Paralelamente aos eventos da Organização das Nações Unidas (ONU), que serão abertos hoje com discurso do presidente Lula, o seminário, na Bolsa de Nova York, é considerado um dos eventos mais importantes das agendas de Marina e Haddad, no sentido de passar "segurança jurídica" e confiança na evolução do "ambiente de negócios", conforme lembrou o presidente da CNI, Robson Andrade.

Na ocasião, tanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quanto o do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disseram estar engajados para o avanço da "pauta verde" no Congresso. Ambos citaram projetos que têm interesse em comum na aprovação, como a regulamentação do mercado de carbono, que permite às empresas compensarem suas emissões de gases de efeito estufa e comprarem créditos uma das outras, e o marco das eólicas offshore, usinas instaladas em alto-mar.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/19/all.pdf>

Emenda no Senado busca conectar reforma tributária à economia digital - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Com a justificativa de evitar êxodo do setor de tecnologia brasileiro, o senador Esperidião Amin (PP) apresentou uma emenda para incluir o segmento entre aqueles que terão regime de tributação diferenciado na **reforma tributária**. Se aprovada, proporcionará redução de 60% na carga tributária das empresas de TI.

Alteração no texto da Câmara

A emenda 121 visa modificar o artigo 9º da PEC 45/2019, aprovada na Câmara dos Deputados. Com a proposta, as empresas de serviços digitais, de internet, de inovação, de tecnologia da informação e de informática seriam equiparadas às de setores como serviços de saúde, educação e transporte coletivo. A alegação é que o segmento de tecnologia emprega mais de 2 milhões de pessoas diretamente no país.

Manutenção de empregos

Entidades do setor como Federação Assespro, Abes, Brasscom, Abranet, Fenainfo, Acate e Seinesp estão acompanhando de perto a discussão. "A tecnologia da informação desempenha um papel crucial, sua preservação é fundamental para a manutenção de empregos e renda no Brasil. Os países mais ricos e alguns de nossos vizinhos já entenderam que a economia digital é a economia do futuro", destacou Christian Tadeu, presidente da Federação Assespro.

Equiparação com o Simples Nacional

O presidente do Sindivarejista/DF, Sebastião Abritta, ao criticar o projeto de lei do GDF para aumentar o ICMS, lembrou que os empresários têm uma demanda importante levada, há tempo, ao governador Ibaneis Rocha. "A meta pretendida pelo setor varejista - um dos mais importantes da economia - é a equiparação do Simples local ao Simples Nacional, de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões", frisou.

Alternativas

O presidente da CDL/DF, Wagner Silveira, apontou que "existem soluções menos danosas ao empreendedorismo e ao comércio brasileiro" do que aumentar o ICMS, para o GDF aumentar a

arrecadação. "Entre elas, é possível destacar a tributação do m² de ocupação de área pública pelo valor de mercado, o aumento da alíquota de ICMS de produtos importados via comércio eletrônico, a cobrança de estacionamento em áreas comerciais do DF, e, por fim, a tributação do comércio eletrônico de produtos vindos de outros estados que, costumeiramente, não emitem nota fiscal." Relator do PPCUB no Conplan O presidente do Sindicato da Habitação do DF (Secovi), Ovidio Maia, será relator do projeto do PPCUB no Conplan. Ele vai ser um dos representantes da sociedade civil na relatoria. Outros dois nomes representarão o GDF. Ovídio é o nome indicado pela Fecomércio, onde é o 3º vice-presidente.

Representatividade

"A Federação do Comércio, desde o início, participou ativamente do debate, defendendo sempre o desenvolvimento econômico respeitando o tombamento. Nossa entidade reúne 27 sindicatos que representam mais de 50% da economia, da geração de emprego e renda do DF", aponta Ovídio.

Segurança jurídica

Segundo o presidente do Secovi, o PPCUB vai trazer segurança jurídica para a região tombada. "Apontará o que pode ser feito, quais são as normas, qual é o regramento. O que nós buscamos agora é uma celeridade, porque esse projeto está maduro para ser aprovado na Câmara Legislativa", reforçou.

Bradesco Saúde amplia base de beneficiários no DF

A empresa registrou aumento de 68% em sua base de beneficiários do Distrito Federal atendidos por planos de abrangência nacional, mas desenvolvidos com foco regional, na comparação do 1º semestre de 2023 com o mesmo período de 2022. O desempenho na região foi alavancado pelo produto Bradesco Saúde Efetivo DF, disponível para empresas de todos os perfis, a partir de três pessoas.

Pantanal

Ainda na região Centro-Oeste, a chegada do Efetivo Pantanal aos mercados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também tem impulsionado a base de usuários de planos regionais nestes dois estados, com

crescimentos de 79% e 34%, respectivamente.

Contexto regional

"Temos investido na diversificação de produtos, adaptados à necessidade das empresas de todos os tamanhos, com destaque para o foco na regionalização", explica o diretor-gerente da Bradesco Saúde, Flávio Bitter.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/19/all.pdf>

Haddad defende maior aproximação econômica entre Brasil e EUA

NATASHA MADOV* E ESTEVÃO TAIAR**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, juntamente com o enviado especial dos Estados Unidos para o clima, John Kerry, uma nova aproximação com o governo americano para fortalecer a economia limpa. Durante evento fechado ontem, em Nova York, Haddad e Kerry participaram de um painel sobre as transformações ecológicas e econômicas da Amazônia.

- Brasil e EUA devem ao mundo uma relação bilateral mais consistente do ponto de vista social e ambiental - disse Haddad.

Durante o evento, organizado pela ONG Nature Conservancy, Kerry prometeu se esforçar junto ao Congresso americano para conseguir os US\$ 500 milhões prometidos pelo presidente Joe Biden para o Fundo Amazônia. Ele também se mostrou aberto à proposta de Haddad: - A prioridade será definida pelo governo brasileiro - disse Kerry a jornalistas após o painel.

O evento contou ainda com a ministra de Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e o governador do Pará, Helder Barbalho.

EXPORTAR ENERGIA LIMPA Haddad, por sua vez, disse aos repórteres que o governo tem interesse em fabricar mais produtos verdes para os EUA, aproveitando o fato de ter uma matriz energética mais limpa que países como o México, por exemplo: - É crucial que possamos explorar mais possibilidades sem as amarras típicas de acordos bilaterais. Interessa aos Estados Unidos e a nós também.

Entre os produtos com potencial, Haddad citou aço, alumínio, serviços de data center, diesel verde e hidrogênio verde.

O ministro lembrou que, nos oito primeiros meses deste ano, houve queda de 48% no desmatamento, o que mostra do comprometimento do governo com o meio ambiente. O ministro também reafirmou o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a economia limpa: - O Brasil pode não só descarbonizar sua economia, mas ajudar outros países a fazer o mesmo, exportando energia limpa.

Mais cedo, no seminário Brasil em Foco, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Fiesp na Bolsa de Valores de Nova York, Haddad ressaltou o papel do país na produção de energia verde: -Não precisamos nos resignar à condição de exportadores de energia limpa, que é o que o mundo gostaria que fizéssemos. O Brasil vai produzir e exportar energia limpa, mas nós entendemos que uma boa parte dessa energia limpa tem que ser consumida no Brasil para manufaturar produtos verdes.

O ministro da Fazenda disse ainda ter a expectativa de que o acordo entre o Mercosul e a União Europeia seja aprovado ainda este ano.

TAXAÇÃO DE "OFFSHORES" Antes do evento, Haddad disse a repórteres que o Congresso tem apresentado "grau de abertura bastante significativo" para discutir questões como a taxa de offshores: - É natural do processo democrático, queremos ouvir parlamentares.

Segundo ele, a agenda econômica tradicional e a agenda verde do Ministério da Fazenda "são complementares", e uma não atrapalha a outra. Haddad destacou, por exemplo, que a pasta continua trabalhando na tramitação no Congresso do Orçamento do ano que vem.

O ministro lembrou ainda que o Senado está na fase final da tramitação da **Reforma Tributária**. Outra prioridade, segundo ele, é o projeto de lei (PL) do Combustível do Futuro, que prevê, entre outras medidas, elevar o percentual de etanol na gasolina.

Por fim, Haddad citou o fato de tanto Lula como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), estarem em Nova York como sinal de que há um "clima favorável" e de "harmonização" entre os Poderes.

Segundo o ministro, "quanto mais cedo colhermos os frutos" das agendas propostas, mais cedo a economia brasileira ganhará impulso para crescer.

(*Especial para O GLOBO; **do Valor, com Agência Brasil)

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230918/>

É verídica nota fiscal com imposto de R\$ 31,45 sobre produto de R\$ 3,15

A imagem de uma nota fiscal de produto que custou R\$ 3,15 e com descrição de **impostos** no valor de R\$ 31,45 usada em uma publicação nas redes sociais é verdadeira. Como verificado pelo Projeto Comprova no site dos Correios, o pacote está retido na **Receita Federal** em Curitiba. Em 1º de setembro, a encomenda foi encaminhada para fiscalização **aduaneira** e, sete dias depois, foi indicado que estava aguardando pagamento dos **impostos**. Na manhã de 15 de setembro, o pagamento do valor foi confirmado, de acordo com a plataforma de rastreamento dos Correios.

O valor da compra é de R\$ 3,15, correspondente a oito unidades de "paper stickers", conhecidos no Brasil como blocos de anotação autoadesivos. Foi cobrado frete de R\$ 24,60 para a entrega dos produtos, valor que é considerado na tabulação dos **impostos**. Isso porque a **Receita Federal** realiza os cálculos em cima do "valor aduaneiro", que é a quantia do produto acrescida do frete e do custo de um possível seguro. Neste caso, por isso, o valor do imposto de importação cobrado aumenta bastante.

Conforme a legislação brasileira, encomendas entre pessoas físicas e empresas (pessoas jurídicas) que não fazem parte do programa Remessa Conforme devem, obrigatoriamente, pagar o imposto de importação de 60% em cima do valor aduaneiro. O programa entrou em vigor no dia 1ª de agosto e instituiu alíquota zero para remessas enviadas para pessoas físicas de valor até US\$ 50, ainda que enviada por pessoas jurídicas.

Sob o produto deve incidir também o ICMS, como autoriza a legislação brasileira. Segundo a Lei Complementar nº 87, o imposto recai sob mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto. Ele é um imposto estadual e, por isso, tem alíquotas diferentes para cada estado e tipo de produto. Em Minas Gerais, para onde foram enviados os produtos, o encargo é de 25% para importações. Há a previsão de que as regras mudem na **Reforma Tributária**, em discussão no Congresso Nacional.

Comprovado, para o Comprova, é ato verdadeiro; evento confirmado; localização comprovada; ou conteúdo original publicado sem edição.

A reportagem tentou contato com o perfil responsável

pela publicação do conteúdo no X (antigo Twitter), mas não houve resposta até a publicação desse texto.

O Comprova monitora conteúdos suspeitos publicados em redes sociais e aplicativos de mensagem sobre políticas públicas e eleições no âmbito federal e abre investigações para aquelas publicações que obtiveram maior alcance e engajamento. Você também pode sugerir verificações pelo WhatsApp +55 11 97045-4984. Sugestões e dúvidas relacionadas a conteúdos duvidosos também podem ser enviadas para a Folha pelo WhatsApp 11 99486-0293.

Leia a verificação completa no site do Projeto Comprova.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

É verídica nota fiscal com imposto de R\$ 31,45 sobre produto de R\$ 3,15

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/e-veridica-nota-fiscal-com-imposto-de-r-3145-sobre-produto-de-r-315.shtml>

Empresário brasileiro vira empregado da Receita, por dedicação ao fisco, diz presidente do TCU

ECONOMIA JB com Agência Estado

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, disse que, em muitas vezes, o empresário brasileiro vira empregado da **Receita Federal** ao ter que cumprir determinadas obrigações.

O empresário no Brasil precisa se dedicar a dar eficiência ao seu negócio, e não receber da **Receita Federal do Brasil** uma série de obrigações acessórias, que ele leva - pelos cálculos que temos da OCDE - mais de 60 dias dedicando exclusivamente sua energia ao fisco. Ou seja, vira empregado da Receita. Evidentemente que nós não podemos compactuar com isso, afirmou Dantas durante participação no painel Brasil em foco: mais verde e comprometido com o desenvolvimento sustentável da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Nova York.

Nesse sentido, na avaliação de Dantas, as instituições brasileiras estão promovendo uma série de mudanças que visam trazer simplificação, como a **reforma tributária** e o projeto de lei que simplifica o licenciamento ambiental.

Quando se fala de simplificar licenciamento ambiental, não é simplesmente passar a boiada, mas permitir que as instituições exerçam suas competências e atribuições dentro de uma racionalidade de interesse público no Brasil, ponderou.

Em relação à **reforma tributária**, o presidente do TCU reforçou que a medida permitirá eliminar uma porção de obrigações acessórias que drenam a energia do empresário brasileiro. E esse movimento revela a maturidade do Congresso brasileiro, que veio para ficar, acrescentou.

Site: <https://www.jb.com.br/economia/2023/09/1046045-empresario-brasileiro-vira-empregado-da-receita-por-dedicacao-ao-fisco-diz-presidente-do-tcu.html>

74% do mercado espera que Senado conclua reforma tributária até fim de 2023, diz pesquisa

São Paulo 19/09/2023 07h52

A maioria do mercado financeiro (74%) espera que o Senado conclua ainda este ano os trabalhos sobre a **reforma tributária**, indica pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta terça-feira, 19. Outros 26% avaliam que a medida não deve avançar até dezembro.

Para 62% dos 87 profissionais de fundos entrevistados, a reforma administrativa não será pautada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Já 38% esperam que o seja.

Ao todo, 72% afirmam que a reforma do Imposto de Renda não será votada até o fim do ano, contra 28% que esperam que seja.

Articulação

Entre julho e setembro, o mercado se tornou mais cético em relação à capacidade do governo de fazer avançar as suas prioridades no Legislativo. A proporção dos que consideram que a capacidade do governo de aprovar a sua agenda no Congresso é baixa cresceu de 24% para 27%, e os que veem a capacidade como alta caíram de 27% para 20%. A avaliação de que a capacidade é regular passou de 49% para 53%.

Para 56%, a entrada do PP e do Republicanos no governo - por meio da nomeação de André Fufuca para o Ministério dos Esportes e de Silvio Costa Filho para a pasta de Portos e Aeroportos - levará a um aumento na capacidade de aprovação de projetos do governo. Outros 44% afirmam que a mudança não vai alterar o quadro.

Avaliação do governo Lula

A proporção do mercado financeiro que avalia positivamente o governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, caiu 8 pontos percentuais entre julho e setembro, de 20% para 12%, indica a pesquisa Genial/Quaest. No período, a avaliação negativa cresceu 3 pontos percentuais, de 44% para 47%, e a avaliação regular avançou 5 pontos, de 36% para 41%.

Essa piora se manifestou mais fortemente na leitura sobre o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad: após ter avançado quase 40 pontos percentuais entre maio e julho, a avaliação positiva sobre o ministro caiu quase 20 pontos nesta leitura, de 65% para 46%. A avaliação negativa sobre Haddad cresceu 12 pontos no período, de 11% para 23%, e a regular avançou 7 pontos, de 24% para 31%.

A proporção dos agentes de mercado que veem a política econômica na direção errada saltou 19 pontos percentuais entre julho e setembro, de 53% para 72%, enquanto os que a veem na direção certa caíram de 47% para 28%. Com isso, caiu a razão dos que esperam melhora da economia nos próximos 12 meses (53% para 36%), e cresceu a proporção dos que preveem piora (21% para 34%).

Para 57%, o principal problema que dificulta a melhora da economia hoje é a falta de uma política fiscal que funcione - em julho, 45% citaram o critério.

Outros pontos mencionados foram interesses eleitorais (19% para 22%), baixa escolaridade e produtividade da população (21% para 15%) e alta taxa de juros (11% para 6%).

A razão dos que julgam que o governo está preocupado com o controle da **inflação** cresceu de 34% em julho para 42% em setembro. No período, os que consideram que o Executivo não está preocupado com o tema caíram de 66% para 58%.

Confiança

Além da piora na avaliação sobre o desempenho de Haddad, agentes do mercado também diminuíram a confiança no ministro: entre julho e setembro, a proporção dos que dizem confiar pouco ou nada no titular da Fazenda avançou de 40% para 48%, enquanto os que dizem confiar muito caíram de 13% para 10%.

Em contrapartida, a confiança em Lula ficou praticamente estável: os que dizem confiar pouco ou nada no presidente passaram de 95% em julho para

91% em setembro, e os que afirmam confiar muito oscilaram de 1% para 2%. A razão dos que confiam mais ou menos no mandatário passou de 1% para 2% no período.

A pesquisa ouviu 87 profissionais de fundos de investimentos sediados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/09/19/74-do-mercado-espera-que-senado-conclua-reforma-tributaria-ate-fim-de-2023-diz-pesquisa.htm>

OCDE quase dobra projeção do PIB do Brasil para 3,2% em 2023 - ASSIS MOREIRA

ASSIS MOREIRA

Por Assis Moreira

É correspondente do Valor em Genebra desde 2005. Cobriu 28 vezes o Fórum Mundial de Economia e numerosas conferências ministeriais em dezenas de países.

Valor - Genebra

19/09/2023 06h00 Atualizado há 22 minutos

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) projeta agora crescimento de 3,2% da economia brasileira neste ano. É quase o dobro de sua estimativa de junho, mas aponta expansão mais modesta para 2024. Globalmente, o crescimento continuará fraco, mas positivo.

Em relatório interino sobre as perspectivas globais, a organização faz sua segunda maior revisão justamente nas estimativas sobre o **PIB** brasileiro, com uma diferença de 1,5 ponto percentual em relação a estimativa feita há apenas três meses - uma ilustração da citação de que previsões são difíceis, especialmente sobre o futuro.

Em junho, a projeção da OCDE era de crescimento de 1,7% da economia brasileira, o que já representava um salto comparado à estimativa de 1% feita em março. Agora, a maior mudança foi em relação à Rússia, com contração esperada de 1,5% em junho passando para expansão de 0,8%, numa revisão de 2,3 pontos percentuais.

'Entre as economias emergentes do G20, as surpresas de crescimento têm sido, em sua maioria, positivas até agora neste ano, especialmente no Brasil, ajudado por resultados agrícolas favoráveis relacionados ao clima, na Índia e na África do Sul', diz a OCDE.

Jens Arnold, chefe da divisão na OCDE que acompanha a situação brasileira, observa que uma parte do crescimento no Brasil no início deste ano, mais forte do que esperado, é um efeito temporal relacionado ao desempenho muito forte do setor

agrícola. 'O desempenho no início do ano sempre é muito importante para o crescimento do ano, devido à maneira que o crescimento anual vem calculado nas contas nacionais', diz ele.

A OCDE revisou também para cima a projeção para 2024 para o Brasil, com o crescimento da economia passando de 1,2% em junho para 1,7% agora. 'O crescimento forte deste ano é, ao menos parcialmente, devido a fatores temporários, climáticos. Isso implica, de maneira mecânica, um crescimento menor no ano que vem', acrescenta Jens.

Para o economista da OCDE, para voltar a alcançar o mesmo nível de atividade deste ano sem ajuda desses fatores temporários, a economia brasileira vai ter que crescer mais. E isso num cenário em que a economia global vai ter um crescimento mais moderado, reduzindo potencialmente as exportações do Brasil.

'Se a China cresce menos, vai ter menos demanda para os bens que o Brasil exporta no mercado global', diz. 'Isso pode reduzir as exportações do Brasil e os preços que pode conseguir para suas exportações lá fora'.

A vizinha Argentina, outro grande parceiro comercial, poderá sofrer contração de 2% neste ano e de 1,2% no ano que vem, ou seja, ficará mais pobre. A **inflação** argentina é projetada para chegar a 118% neste ano e aumentar para 121% no ano que vem, sempre a maior taxa entre os países do G20.

Na Argentina, a contração da economia continuará no ano que vem - Foto: Matheus De Moraes Gugelmim/Pexels

Na Argentina, a contração da economia continuará no ano que vem - Foto: Matheus De Moraes Gugelmim/Pexels

A projeção para a **inflação** no Brasil é de que a taxa cai de 9,3% no ano passado para 4,9% neste ano e fica abaixo dos 4% no ano que vem.

No curto prazo, Jens destaca a importância de uma melhora das contas fiscais, no contexto do novo marco

fiscal. 'Nesse sentido o Brasil tem feito muito progresso e vemos com bons olhos os esforços do governo de reconciliar a prudência fiscal com o investimento, que será importante para o crescimento futuro'.

Além disso, a avaliação é de que **reforma tributária** 'tem muito potencial para melhorar a produtividade no médio prazo'. A expectativa é de que tanto o novo marco fiscal como a **reforma tributária** 'vão impulsionar a confiança, e isso ajuda para o crescimento mesmo antes de que as reformas sejam implementadas'.

A OCDE observa que, após um início de 2023 mais forte do que o esperado, ajudado pelos preços mais baixos da energia e pela reabertura da China, o crescimento global vem desacelerando. O impacto da política monetária mais rígida está se tornando cada vez mais visível, a confiança das empresas e dos consumidores diminuiu e a recuperação esperada na China se desvaneceu.

Projeta crescimento do **PIB** global sempre abaixo da média, com 3% (ou 0,3% a mais que em junho) em 2023 mas caindo para 2,7% (ou -0,2%) em 2024, afetado pelo aperto da política macroeconômica necessário para controlar a **inflação**.

O crescimento anual do **PIB** nos Estados Unidos pode desacelerar de 2,2% este ano para 1,3% em 2024. Vários economistas ainda consideram que uma aterrissagem suave para a economia poderá ser difícil.

Na zona do euro, onde a demanda já está moderada, a expansão do **PIB** fica em 0,6% em 2023 e pode subir para 1,1% em 2024, à medida que o impacto adverso da **inflação** elevada sobre a renda real for se dissipando.

O crescimento na China, segunda maior economia do mundo e maior parceiro comercial do Brasil, perdeu força, com o ímpeto inicial da reabertura pós-covid se dissipando e os problemas estruturais no setor imobiliário continuando a pesar sobre a demanda chinesa. Ainda assim, a China crescerá 5,1% (a projeção era de 5,4% antes) em 2023 e 4,6% em 2024.

A **inflação** básica está diminuindo, mas o núcleo da **inflação** permanece persistente em muitas economias, com pressões de custos e margens elevadas em alguns setores. A **inflação** ficará moderada em 2023 e 2024, mas permanecerá acima da meta do banco central na maioria das economias.

Para a OCDE, os riscos na economia mundial permanecem inclinados para o lado negativo. A incerteza sobre a força e a velocidade da transmissão

da política monetária e a persistência da **inflação** são as principais preocupações. Diz que os efeitos adversos das taxas de juros mais altas podem se mostrar mais fortes do que o esperado. E uma maior persistência da **inflação** exigiria um aperto adicional da política que poderia expor as vulnerabilidades financeiras.

A política monetária precisa permanecer restritiva até que haja sinais claros de que as pressões inflacionárias subjacentes tenham diminuído de forma duradoura, sugere em todo caso a organização sediada em Paris.

Outro risco é uma desaceleração mais acentuada do que a esperada na China. Isso afetaria o crescimento da produção em todo o mundo.

Constata também que os governos enfrentam pressões fiscais cada vez maiores por causa do aumento da dívida e de gastos adicionais com o envelhecimento da população, a transição climática e a defesa. Diz que 'esforços aprimorados' de curto prazo para reconstruir o espaço fiscal e planos de médio prazo confiáveis são necessários para alinhar melhor as políticas macroeconômicas de curto prazo e ajudar a garantir a sustentabilidade da dívida.

Site: <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/ocde-quase-dobra-projecao-do-pib-do-brasil-para-32percent-em-2023.ghtml>

Para arrumar a gestão macroeconômica - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Aos poucos - talvez demasiado lentamente - cresce a percepção de que, na raiz da encrenca macroeconômica brasileira, os que causam maior estrago são exatamente os desequilíbrios previdenciários. Isso se deve em boa medida ao expressivo envelhecimento dos regimes, principal causa para os respectivos deficits financeiros dispararem.

Em face disso, primeiro se reduziu fortemente o espaço disponível para outros gastos, notadamente os discricionários, a ponto de, entre 1980 e 2022, a taxa de investimento público em infraestrutura da União, por exemplo, cair 6,5 vezes, de 3,9%, para 0,6% do PIB. Na sequência, o crescimento médio do PIB caiu de 8,9% ao ano, em 1980, para 1% a.a. em 2022. Um verdadeiro desastre! Só que, mesmo assim, os expressivos deficits primários (isto é, exclusive o serviço da dívida) que ainda restaram foram redirecionados às autoridades monetárias para serem financiados.

Daí ao pesado impacto sobre a dívida pública foi um passo, pois esta chegou em 2021 a não menos que R\$ 5,7 trilhões, aparentemente a principal herança da fase precedente que deveria nos preocupar.

Visto com outros olhos, contudo, isto é, olhando para a frente, como poucos fazem, o passivo atuarial de todos os regimes próprios do país, que resulta da soma, em termos de valor presente e a uma taxa de juros adequada, dos fluxos dos deficits futuros, sem qualquer mudança relevante à frente, se tornou gigantesco.

Isso dá destaque a um ponto quase nunca salientado. E se, além de encarar tal dívida, parássemos em 2021 para perguntar qual seria o deficit atuarial total dos regimes próprios dos três tipos de entes a encarar à frente?

Resposta: R\$ 5,3 trilhões. É mole?

Ou seja, sem qualquer ajuste nas contas previdenciárias, e se olhássemos para a frente, o que enxergaríamos? Na verdade, estaríamos praticamente dobrando a dívida pública herdada da fase precedente. Sendo que a previdenciária teria um muito

maior grau de exigibilidade, por se tratar de pagamento de benefícios em data certa, mês a mês, sob pena de os beneficiários promoverem quebraadeiras em agências bancárias, como já ocorreu antes.

Dar calote nela? Nem pensar...

Assim, sem arrumar essa situação, acabará sobrando quase nada nos orçamentos para investir em infraestrutura, o que levará o PIB e os empregos a crescerem muito pouco, algo que, realmente, é de se lamentar, em um país da dimensão gigantesca do nosso, e com tantas carências. A própria Constituição, na EC-103/19, já não havia instituído a obrigação de se fazer o correto (isto é, zerar os passivos atuariais, desde então)? Por que não fizemos isso até agora?

Ou o que fazer, então? Tratamento de choque? Pelo seu tamanho exagerado, quitar toda a dívida previdenciária de uma vez só, e começar do zero é algo impossível de implementar, mesmo com o montante de ativos de que o setor público dispõe por aí, algo que poderia ajudar muito no processo...

A saída é aplicar um tratamento gradual, mais conhecido como "segregação de massas", mas com aditivos, que surgiu como uma possível solução de transição para a capitalização plena, separando a massa de servidores em dois grupos, 1 e 2. A partir de uma data de corte, para o grupo 1, que é o que acolhe os novos entrantes, a previdência já nascerá equilibrada, pois os benefícios futuros poderão ser calculados na exata proporção do que ocorrer com as contribuições, dali redirecionadas para os intermediários financeiros adequados, e que já adotaria regras de benefícios próximas das mais atualizadas (conforme a EC 103/19) que já são praticadas pela União. Os demais estarão no 2, que se extinguirá aos poucos.

O grande drama é como cobrir o chamado "custo de transição", que é a parte relativa às contribuições dos novos, que não virá mais para o 2, pois será aplicada para cobrir, à frente, os benefícios futuros dos que estão no grupo 1.

A saída é talvez fazer algo fora da rotina atual: por um período limitado, em vez de o dinheiro vir do 1 para ajudar o 2, as mesmas pessoas que seriam cobertas

pelo dinheiro acumulado no 1 fariam o caminho inverso, isto é, iriam para o terreiro daquele buscar cobertura em suas disponibilidades possíveis. Especialistas chamam isso de "transferência dinâmica de vidas". Ali, o ente público em causa inclusive aportaria ativos relevantes de que disponha (como os royalties do petróleo, que podem gerar, ao todo, R\$ 3,4 trilhões), para reforçar a cobertura do terreiro. E, finalmente para fechar a conta, seu gestor aprovaria a legislação necessária a usar parte dos recursos financeiros acumulados no fundo receptor (grupo 1) então em excesso no curto prazo relativamente à missão de cobrir necessidades futuras de pagamentos de benefícios desse mesmo fundo, tirando-o das costas do tesouro do ente. Para completar, se aprovaria a antecipação de itens como a parcela do Imposto de Renda Retido na Fonte pelos servidores previsto para ingressar lá na frente. Ao final desse nada simples processo, a casa, então, poderá ficar arrumada...

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Para arrumar a gestão macroeconômica

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/19/all.pdf>

PIB sobe 3,2%, diz Fazenda

RAPHAEL PATI*

Após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelar um aumento de 0,9% no Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre, o Ministério da Fazenda aumentou a projeção para o crescimento econômico deste ano. De acordo com o Boletim MacroFiscal de setembro, a expectativa para o **PIB** é de avanço de 3,2%, ante 2,5% da última publicação, que ocorreu em junho.

"Essa revisão se deveu majoritariamente à divulgação do **PIB** do segundo trimestre, e veio acima da nossa expectativa e da expectativa do mercado", disse a subsecretária de Política Macroeconômica, Raquel Nadal. "É uma expectativa otimista. A gente não prevê estagnação da atividade nos próximos trimestres. Esperamos uma nova aceleração do ritmo de crescimento no quarto trimestre", destacou.

O Ministério da Fazenda estima um aumento de 14% no crescimento do **PIB** da agropecuária.

A previsão anterior, de junho, era de 13,2%. "No caso da agropecuária, o crescimento interanual deve ser acentuado, de 8,8%, refletindo aumento da colheita de cana-de-açúcar, algodão e milho", afirmou a subsecretária.

No caso da indústria, a expectativa de crescimento passou de 0,8%, no último boletim, para 1,5%.

De acordo com o governo, o avanço é fruto da performance positiva de subsetores menos sensíveis ao crédito, como a indústria extrativa e a produção e distribuição de eletricidade e água. Para a construção, a pasta projeta um leve crescimento, após a criação de postos de trabalho no último trimestre.

Também foi revisada para cima - de 1,7% para 2,5% - a estimativa de alta do setor de serviços. Entre os destaques apontados pelo boletim estão as atividades financeiras e imobiliárias, além dos transportes.

Inflação

O Boletim MacroFiscal manteve em 4,85% a previsão de alta, neste ano, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Segundo a pasta, os impactos do reajuste dos combustíveis na **inflação** vêm sendo compensados pela evolução benigna dos preços de alimentação em

casa e de serviços subjacentes.

Para o estrategista da JK Global Partners e professor de Finanças José Kobori, "há uma combinação benigna para preços no Brasil quando se observa o núcleo do PCE (deflator de consumo pessoal) dos USA, que teve ligeira alta, e o CPI da zona do Euro, que se manteve estável.

Ambas observações sugerem que não haverá flexibilização do aperto monetário nessas economias, o que provavelmente manterá o petróleo e o câmbio em níveis benéficos para a **inflação** brasileira", comenta.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/19/all.pdf>

Governo prepara novo fundo do BNDES para financiar a indústria bélica nacional

MARCELO GODOY

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara uma nova forma de financiar a indústria bélica do País: um fundo para o setor da Defesa gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ideia é subsidiar exportações da área, usando como garantia aos empréstimos contratos que as empresas fecharem para a venda de armas. A medida ajudaria estatais - como a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) e a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) - a obter recursos fora do orçamento federal, o que deixaria os gastos com a compra de insumos, por exemplo, fora dos limites do arcabouço fiscal.

O Exército, a Marinha e empresas da Base Industrial de Defesa confirmaram ao Estadão o plano para o fundo. Ele deve envolver os ministérios da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; e da Fazenda.

Em nota, o BNDES afirmou que a proposta está em avaliação, "para apresentação futura ao Ministério da Defesa e ao comando do governo".

"A relevância desse setor para a neointustrialização está expressa em uma missão específica definida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, e está incluída no Novo PAC. O BNDES está em fase preliminar de discussão de alternativas de apoio ao complexo industrial da defesa, por meio de recursos públicos e privados", diz o **comunicado**.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior da instituição, José Luis Gordon, ratificou a proposta de incluir a indústria bélica no plano de financiamento de exportações, conforme já defendido pelo presidente do banco, Aloizio Mercadante.

O novo fundo seria ainda uma forma de resolver o desejo da Defesa de obter parcela maior do orçamento. Em 2022, o setor recebeu o equivalente a 1,05% do **PIB**. Pretende alcançar 2%. Em artigo publicado no Estadão, no sábado, o general Fernando José Sant'Ana Soares e Silva, chefe do Estado-Maior do Exército, tratou dos desafios do mundo multipolar.

Defendeu para o Brasil a neutralidade em relação aos blocos de poder. "Para alcançar essa neutralidade, o

País precisa, antes, ter condições de mantê-la. Caso contrário, seria uma neutralidade enviesada, que coincidiria com os interesses de outras potências." EMBATE. Soares se aproxima da política defendida pelo Itamaraty.

Depois de conflitos entre as pastas da Defesa e das Relações Exteriores, como no caso da venda de blindados Guarani para a Ucrânia, o financiamento da indústria bélica parece unir militares e parte dos próceres do governo Lula. Uma ala da base petista, porém, deve torcer o nariz para o plano - não são poucos os que acusam as Forças Armadas de "voracidade" por recursos. Ou, ainda, que as Forças deveriam comprometer menos verba com pessoal, antes de ampliar o orçamento.

A ideia do fundo e do financiamento das exportações chegou ao general Soares por meio do economista Nelson Barbosa, diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES. O setor da Defesa responde, atualmente, por 4,8% do **PIB** do País.

"Estamos em contato com o BNDES e estamos tentando viabilizar o fundo da Defesa. Já conversei com o secretário executivo do Ministério da Defesa (Luiz Henrique Pochyly da Costa).

Estamos tentando fazer com que o fundo seja uma alavanca para algumas empresas da área, de modo a garantir nossa soberania na produção de equipamentos de Defesa", disse o general à reportagem. O modelo para o fundo da Defesa seguiria o do Fundo Amazônia.

EXPORTAÇÕES. Soares também afirmou ser essencial que o País tenha condições de produzir equipamentos e munição usados pelas Forças. Segundo ele, no caso da Imbel (vinculada ao Exército) e da Emgepron (estatal da Marinha), os recursos seriam emprestados pelo BNDES e pagos com "os juros do banco" - as empresas poderiam captar dinheiro do fundo e vender para as Forças ou exportar.

As exportações são a principal aposta do novo fundo. "A partir daí (da exportação), o lucro auferido pagaria o empréstimo do BNDES, que seria usado para comprar insumos e capitalizar as empresas", declarou o general. Há falta no mercado mundial de produtos que

foram tragados pela guerra na Ucrânia. O conflito esvaziou estoques e obrigou os países a buscar novos fornecedores.

A Rússia usou 12 milhões de granadas de artilharia e de morteiros pesados em 2022 - produz 2,5 milhões por ano. Os EUA têm capacidade para fazer 400 mil e querem chegar a 1 milhão, parte comprometida com a Ucrânia. Esse é o maior gargalo enfrentado pelo Exército brasileiro, pois a Imbel precisa de recursos orçamentários para comprar insumos e fazer as granadas de artilharia.

NAVIO-PATROLHA. A Marinha também negocia com o BNDES.

No último dia 5, quatro almirantes, entre eles os diretores de Gestão de Programas (Celso Koga) e de Sistemas de Armas (Marcelo Menezes Cardoso), estiveram no banco. A Força dispõe do Fundo da Marinha Mercante, que, desde 2022, pode financiar construção e reparos em estaleiros de "embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, bem como de embarcações a serem empregadas na proteção do tráfego marítimo".

Ou seja, navios de guerra.

Esse seria o caso da principal aposta da Marinha para vendas no exterior: o navio-patrolha de 500 toneladas e custo de R\$ 120 milhões. O novo fundo, segundo a Força, teria modelo semelhante ao do Fundo da Marinha Mercante.

Ela disse que os recursos do BNDES seriam "aplicados em apoio financeiro reembolsável, mediante concessão de empréstimo às empresas públicas não dependentes vinculadas ao Ministério da Defesa, de até 100% do valor do projeto aprovado".

Hoje, a Emgepron e a Imbel precisam contar com recursos orçamentários das Forças para adquirir insumos. E essa verba é limitada pelo arcabouço fiscal. Em nota, a Emgepron afirmou que o BNDES permitiria obter recursos "a fim de alavancar a execução de seus programas".

"Esse novo fundo será mais uma opção a ser avaliada no momento de captação." MUDANÇA. Os recursos do BNDES ajudariam também a financiar o desenvolvimento do armamento embarcado da Marinha, como o do míssil antinavio Mansup, produzido pela SIATT, que herdou o contrato da Odebrecht Defesa. "O fundo pode financiar nossas exportações e usar os recebíveis como garantia. Entregaríamos parte da receita para honrar o contrato. Se isso for implementado, será uma mudança de paradigma.

Hoje, temos de pôr como garantia quase todo o patrimônio da empresa", afirmou o diretor de Competitividade da SIATT, Carlos Alberto de Paiva Carvalho.

Os envolvidos nas discussões, porém, sabem do risco de um problema ligado às administrações petistas: usar o BNDES para financiar vendas ao exterior por critérios políticos, ignorando problemas econômicos de países como Cuba, Venezuela e Argentina. E, com isso, ameaçando as empresas brasileiras de calote das nações "companheiras". Mas, desta vez, segundo eles, os clientes em potencial estariam fora desse arco ideológico.

Para vencer a resistência aos gastos com o setor, Soares e as empresas esperam demonstrar que o crescimento da área pode ser acompanhado por desenvolvimento tecnológico e criação de empregos, com a adoção de boa governança.

"Estamos tentando fazer com que o fundo seja uma alavanca para empresas, de modo a garantir nossa soberania" Fernando José Sant"Ana Soares e Silva, chefe do Estado-Maior do Exército

Para lembrar

Governos militares estimularam setor

I Militares

Os governos militares usaram os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II), lançados pelos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, para estimular o desenvolvimento da indústria nacional de Defesa por meio de recursos do BNDES, da Caixa, do Banco do Brasil e de outros órgãos financeiros do Executivo

I Ascensão

O setor chegou ao ápice nos anos 1980, liderado pelas exportações da Engesa e da Avibras para a América do Sul, a África e o Oriente Médio - à época, o Brasil chegou a ser o 8.º maior exportador de material bélico do mundo

I Empresas

Com o fim da Guerra Fria e a acentuada redução de gastos militares que o acompanhou no começo dos anos 1990, a Engesa foi à falência em 1993.

A Embraer foi privatizada e se concentrou na produção de aeronaves civis, enquanto a Avibras vive em crise até hoje.

Em março de 2022 a empresa entrou em recuperação judicial - seu plano de recuperação foi aprovado pelos credores em julho deste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo avalia reajustar servidores com parte de receita extra em 2024

**MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BIANCA
LIMA BRASÍLIA**

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem planos para os recursos que poderão ser liberados em maio de 2024, para gastos adicionais, caso a receita do próximo ano cresça mais do que o previsto no Orçamento.

Segundo a ministra da Gestão, Esther Dweck, parte da verba extra deverá ser utilizada para reajustar o salário do funcionalismo federal. A possibilidade surge no momento que o governo é cobrado a cortar gastos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano.

A abertura do crédito extra depende, porém, da performance da receita neste ano.

Pela regra do novo arcabouço fiscal, em maio do próximo ano, o governo fará uma revisão do que arrecadou em 2023 e, com base no que efetivamente teve de receita, vai refazer a previsão para 2024. Caso o resultado seja maior do que o previsto quando foi confeccionado o Orçamento de 2024, pode abrir um crédito extra. A expansão dos gastos não pode superar o teto de 2,5% acima da **inflação**.

O governo enviou para o Congresso uma proposta orçamentária com a previsão de aumento dos gastos de 1,7% acima da **inflação**. Pelas contas preliminares do governo, o crédito extra de maio pode liberar mais R\$ 15 bilhões para despesas governamentais.

HIPÓTESE. Não há segurança sobre a verba adicional, mas se ela existir, segundo Esther, o plano é usar uma parte para conceder reajuste aos servidores.

"Tem previsto no arcabouço fiscal R\$ 15 bilhões que podem entrar (de despesas em 2024) se estiver cumprindo a meta, se tiver receita suficiente.

O que a gente tratou internamente no governo é que, se existir esse valor, parte dele, não todo, será destinado aos servidores", afirmou a ministra ao Estadão.

Esther nega que o reajuste oferecido com crédito extra possa piorar o quadro fiscal do governo, ainda que haja dúvidas sobre a capacidade de se alcançar a

meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, como prometeu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Os R\$ 15 bilhões só vão existir se a receita estiver crescendo e se a meta de (resultado) primário estiver sendo cumprida. E é uma meta de primário bastante ousada. Então, os R\$ 15 bilhões são uma possibilidade", disse Dweck. "Do ponto de vista da despesa, a gente colocou um teto de crescimento real (acima da **inflação**). Então, a despesa não está solta. E a receita está entrando para você poder ter um resultado fiscal maior", disse.

O funcionalismo recebeu um aumento linear de 9% neste ano, após boa parte das carreiras federais ter tido os vencimentos congelados desde 2017.

Para o próximo ano, o governo não reservou recursos para um novo reajuste. A única previsão inserida na proposta orçamentária, de cerca de R\$ 1,5 bilhão, será usada para bancar reestruturações de carreira do serviço público, segundo a ministra.

O pequeno valor suscitou críticas após a leitura de servidores de que seria usado para reajustar em 1% os salários. "A gente nunca anunciou 1% de reajuste, o que aconteceu é o que existe no Orçamento. A gente não está focando agora em reajuste linear. O que estamos focando é repensar as carreiras.

Tanto que abrimos dez mesas setoriais de (negociação) de carreiras", afirmou.

REESTRUTURAÇÃO. Esther disse que a missão da pasta que ela comanda neste momento é tentar criar famílias de carreiras, para que elas recebam tratamento equivalente e não ocorra o que ela chama de carrossel - ou seja, uma categoria consegue um reajuste ou benefício e as outras abrem uma frente de batalha com o poder público atrás das mesmas condições.

São cerca de 300 as carreiras do governo federal, mas metade são de funções que estão desaparecendo e não estão sendo mais repostas, como a de datilógrafo, por exemplo. Para as cerca de 150 carreiras ativas, o governo quer separá-las por grupos a partir de reestruturações negociadas com as categorias.

Os recursos reservados no Orçamento deverão ser usados para bancar algumas dessas reestruturações, mas nem todas caberão neste montante.

Além disso, disse Dweck, é possível negociar a verba já disponibilizada para a concessão de benefícios, como o reajuste do auxílio-alimentação dos servidores do Executivo.

O valor é de R\$ 658 mensais, o que a ministra considera baixo em relação ao que oferecem os Poderes Legislativo e Judiciário a seus funcionários (cerca de R\$ 1,2 mil).

"Temos uma visão de que, se for para dar alguma coisa linear, vai ser em benefício", afirmou a ministra. "No auxílio- alimentação, a gente deu (um reajuste de) R\$ 200 neste ano e foi para R\$ 658. Nossa ideia é continuar aumentando, porque ele é um benefício que é distributivo ", afirmou.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Nossa proposta não terá viés de redução do Estado"

**ADRIANA FERNANDES BIANCA LIMA MARIANA
CARNEIRO BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Esther Dweck, Doutora em Economia pela UFRJ, foi assessora econômica do Ministério do Planejamento e secretária de Orçamento Federal da pasta

À frente da reforma administrativa do governo Lula, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirma que a estabilidade do servidor será preservada na proposta que está em discussão. Em entrevista ao Estadão, a ministra conta que prefere chamar a proposta de reforma da transformação do Estado, que já está em curso no ministério, segundo ela.

A ministra afirma que está pronta para dialogar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) para mostrar os dados da folha de pessoal. Ela critica a reforma feita pelo governo Jair Bolsonaro por meio de congelamento de salários e concursos - que, na sua avaliação, precarizou o serviço público. "Se pegar de 1997 a 2017 - ou seja, 20 anos -, (o gasto com servidores) estava em 4,2% do PIB. Em 2022, chegou num piso que historicamente nunca teve." Esther defende um sistema de medição da avaliação de desempenho com metas e afirma que é possível abrir um processo administrativo se o servidor não estiver trabalhando direto.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

A reforma administrativa é uma pauta que está esquentando no Congresso. O que seria uma reforma do governo Lula? Porque o que há hoje no Congresso é a de Bolsonaro, a PEC 32.

A criação do Ministério da Gestão pressupõe que se quer enfrentar discussões da administração pública. O nome "reforma administrativa" traz cunho muito liberal. A PEC 32 tem esse peso. Toda vez que se falou amplamente sobre reforma administrativa, tinha viés de redução do Estado - o que não é, obviamente, o viés do governo Lula.

Mas isso não significa que a gente não enxergue que há vários problemas na administração que precisam ser enfrentados.

Ter um ministério focado nisso é para que as pautas não sejam relegadas a um segundo plano.

Qual é a estratégia?

Tínhamos aqui secretarias muito pesadas, antigas. O Haddad, no Ministério da Fazenda, já tinha criado a secretaria extraordinária tributária. Falei: por que não criar uma secretaria extraordinária, mas de transformação do Estado, que no fundo é a pauta de uma reforma administrativa ampla?

A sra. quer dizer que desde a gênese do ministério estava a semente da reforma?

O nome não é o ideal porque esse processo de transformação do Estado é permanente. Desde o início essa é a missão do Francisco Gaetani (secretário extraordinário).

Temos uma visão de que o que precisa ser feito não depende de uma emenda constitucional.

Ela teria sentido se, de fato, fosse fazer algo que abarcasse todos os Poderes, Estados e municípios. Mas, na nossa visão, as coisas mais urgentes agora estão dentro da administração pública federal e que podem ser feitas por projetos de lei.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, assumiu a pauta da reforma administrativa e parlamentares dizem ter pesquisas que mostram que o assunto é um pleito popular. Para muita gente, a reforma é a implantação da avaliação de desempenho do servidor, de ele poder ser demitido em caso de mau desempenho. Qual é a avaliação do governo?

Achamos que a estabilidade protege o Estado. Protege o servidor?

Protege, mas protege principalmente o Estado, no sentido de evitar perseguições políticas ou retaliações contra quem denunciar malfeitos. A ministra Simone (Tebet) fala muito nesse assunto do ponto de vista da pandemia, daquele dia emblemático que o servidor denunciou o que estava acontecendo na CPI. Foi por causa da estabilidade que ele fez isso. No caso das joias do Bolsonaro, também. Isso demonstra a importância da estabilidade.

E, claro, vamos medir o desempenho dos servidores.

Então vocês não vão mexer na estabilidade?

Não. A estabilidade hoje permite a demissão. A maior parte das demissões é por ilícitos; mas, no limite, também poderia ser por questão de desempenho.

O ponto é que estamos precisando fortalecer a capacidade de avaliação de desempenho.

O mais importante é exigir que as áreas definam os seus planos e demonstrem como cada servidor contribui para aquela atividade. Com isso, dá para saber se o servidor cumpriu o plano. Estamos montando um sistema de monitoramento desses planos de trabalho. Por outro lado, também fortalecendo o combate ao assédio moral.

O que a sra. quer dizer quando fala publicamente em reforma fatiada?

São vários projetos de lei, provavelmente.

Eu posso juntar num só e mandar um só, mas eles mexem em várias leis diferentes.

No sentido de ser fatiada, é que são vários assuntos.

Neste ano ainda?

Do ponto de vista de cronograma, nossa ideia é, este ano, terminar o debate interno no governo.

E aí tomar a decisão sobre se manda neste ano ou se manda no início do ano que vem.

Como o governo vai trabalhar politicamente se o Congresso vier com essa pauta, como tudo indica?

Estamos prontos para dialogar com ele (Arthur Lira), inclusive mostrando os dados, que não teve esse aumento gigantesco, mostrando até as previsões que a gente tem, para a expectativa de crescimento das despesas com pessoal.

Vocês vão colocar força política no PL dos supersalários?

Sim. O ministro Haddad saiu da reunião (sobre a reforma administrativa) falando disso. É um tema superimportante: discutir e organizar a aplicação do teto (salarial).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Analistas veem corte de 0,5 ponto da Selic em reunião do Copom

DANIEL TOZZI MENDES MARIANNA GUALTER

Um novo corte de 0,5 ponto percentual da taxa Selic, hoje em 13,25% ao ano, é a previsão do mercado para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central que começa hoje e vai até amanhã, segundo levantamento do Estadão/ Broadcast com 69 instituições.

Para as próximas reuniões (marcadas para o fim de outubro e meados de dezembro), os dados recentes indicando queda da **inflação** recolocaram no radar uma possível aceleração do ritmo de redução dos juros - para 0,75 ponto, ainda que essa posição continue minoritária.

Das 69 instituições consultadas, 55 esperam cortes sequenciais de 0,5 ponto nos juros até o fim de 2023, enquanto 12 preveem aceleração do ritmo de baixa, com ao menos uma redução de 0,75 ponto neste ano. Uma das instituições prevê um corte de 0,5 e outro de 0,25 ponto, e outra informou apenas a projeção para a reunião desta semana.

O Itaú Unibanco, que antes projetava três cortes de 0,5 ponto até o fim do ano, passou a prever redução de 0,75 ponto dos juros em dezembro após o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) marcar variação de 0,23% em agosto, abaixo do esperado pelo mercado.

Em relatório, o economista-chefe do banco, Mario Mesquita, atribuiu a revisão à dinâmica mais benigna da **inflação** de serviços e à desaceleração da atividade econômica - que, na sua avaliação, deve ficar mais evidente ao longo do segundo semestre. O Itaú reduziu as projeções para a Selic no fim de 2023 (11,75% para 11,5%) e de 2024 (9,5% para 9,0%).

O estrategista-chefe da Warren Rena, Sérgio Goldenstein, também espera aceleração dos cortes na Selic a partir de dezembro.

Além da desinflação dos serviços e da desaceleração da atividade econômica, ele cita o ano de 2025 no horizonte relevante da política monetária (ou seja, o cenário a ser levado em consideração pelo BC para levar a **inflação** para a meta) como um fator que deve levar à intensificação neste momento do ciclo de corte da Selic.

"À medida que avançamos no tempo, 2025 vai ganhando peso no horizonte relevante. É importante lembrar que, já no último Copom, a projeção para **inflação** do comitê para 2025 estava cravada em 3%, em linha com a meta", afirma Goldenstein.

OTIMISMO MENOR. Um corte de 0,75 ponto ainda neste ano não é corroborado, porém, pelo economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio de Sousa Leal, embora ele avalie que a **inflação** mais benigna de serviços coloque essa possibilidade na mesa.

Por enquanto, Leal conserva a perspectiva de manutenção do ritmo de cortes até o fim do ano, levando a Selic a 11,75% na reunião de dezembro. Para uma aceleração, segundo ele, seria necessária também uma mudança de tom na comunicação do BC. "Ela teria de dar mais ênfase à desinflação de serviços como vetor que possibilitaria essa aceleração", afirma. "Entre as três condicionantes mencionadas pelo BC na última ata, é a que eu vejo com mais chance de seguir acontecendo." O economista da XP Investimentos Rodolfo Margato pondera que, apesar da leitura mais favorável da **inflação** corrente, outros vetores jogam contra uma possível aceleração de cortes da Selic: a depreciação recente do câmbio e a elevação dos preços internacionais do petróleo (ontem, o barril do tipo Brent encostou em US\$ 95 no mercado internacional).

Por isso, ele prevê manutenção do ritmo de 0,5 ponto para os cortes da Selic, chegando a 11,75% no fim de 2023.

Margato projeta uma Selic de 10% no fim do ciclo de cortes, a ser atingido em meados de 2024 - acima do previsto pela maioria do mercado. "Se chegarmos ao segundo trimestre do ano que vem com um cenário externo mais favorável, um câmbio mais próximo de R\$ 4,50, recuo nos preços do petróleo e alguma acomodação das discussões fiscais no Brasil, pode haver espaço para níveis abaixo de 10% para a Selic", diz ele.

Estimativas

11,5% é a estimativa do Itaú Unibanco para a taxa básica de juros (Selic) no fim do ano, considerando mais três cortes até dezembro. Já a G5 Partners vê

um percentual de 11,75%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

A economia em melhora constante - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O Ministério da Fazenda elevou a projeção de crescimento do ano de 2,5% para 3,2% e isso não foi considerado nenhum absurdo pelos economistas que eu ouvi. Nem todos apostam em alta do **PIB** acima de 3%, mas há sim essa possibilidade. Se o **PIB** crescer zero no terceiro trimestre, fechará em 3% em 2023 como efeito do carregamento estatístico. Os indicadores econômicos têm ficado melhores a cada rodada de revisões ou a cada nova estatística divulgada. Não é uma alta forte, mas se olharmos em volta, Chile, Argentina e Colômbia terminarão o ano com recessão.

Nas projeções para a economia, o governo tem estado na ponta mais otimista, mas não distante do restante do mercado financeiro.

O ano foi ficando melhor de fato, com surpresas positivas no primeiro e no segundo trimestre, tanto na **inflação** quanto no crescimento.

No terceiro trimestre, contudo, os indicadores deverão refletir a desaceleração, provocada pelo fato de que não haverá mais o impacto da alta da agricultura, e está sendo mais sentido o efeito do aperto do crédito tanto no consumo, quanto nos investimentos.

A Selic vai cair novamente amanhã, e com indicações de continuidade do ciclo, só que os juros ficaram altos por muito tempo enquanto a **inflação** caía, o que elevou a taxa real.

Mesmo que cresça zero nesse terceiro trimestre, o resultado já acumulado de tudo o que aconteceu na economia -, alta de 1,9% no primeiro trimestre e 0,9% no segundo trimestre - permitirá um crescimento em torno de 3%.

Um número muito bom levando-se em conta que no começo do ano a projeção era menos que 1%. Mas há bancos que acham que o número do **PIB** será negativo neste terceiro trimestre e isso levará o crescimento do ano para um número um pouco abaixo de 3%. Por exemplo, o BV projeta 2,8%. O Bradesco, 2,7%. Há quem esteja com 3% com viés de alta, como é o caso da MBA, até porque os dados setoriais do terceiro trimestre estão vindo, de novo, melhores do que o esperado.

Se por um lado há o efeito inegável dos juros altos, há também o reflexo do programa Desenrola que está aliviando muita gente. Outro fato positivo da economia é a **inflação** de alimentos sempre em queda durante o ano. Há uma deflação em 12 meses, principalmente no item mais importante, a alimentação no domicílio.

As notícias não são exuberantes, mas estão espalhadas pela economia, mesmo nesse momento em que se chega na parte mais fraca do ano. É por isso que semanalmente o Boletim Focus tem mostrado **inflação** em queda, **PIB** em alta, como aconteceu ontem quando foram revistos para 2,89% de crescimento, e 4,86% de **inflação**.

O GLOBO publicou ontem matéria de Vitor da Costa e João Sorima Neto mostrando que o saldo comercial já está em US\$ 62 bilhões até agosto e deve fechar o ano com o número recorde de US\$ 90 bilhões. O interessante é que isso ocorre apesar de o país estar crescendo mais, os preços de várias commodities terem caído, e o real ter se valorizado durante o ano. Altas de saldo comercial só aconteciam no passado quando havia desvalorização, boom de commodities ou recessão. Desta vez, uma das explicações para o crescimento do superávit é a super safra. A outra é a capacidade de o Brasil ocupar novos espaços no mercado internacional, abertos com a desorganização das cadeias produtivas provocadas pela guerra da Rússia contra a Ucrânia.

O que ameaça esse clima de recuperação da economia e de bons indicadores é a dúvida fiscal. O equilíbrio orçamentário de 2024 depende muito das medidas a serem votadas no Congresso, além disso será preciso evitar as pautas que representem aumento de despesas públicas, como a incorporação de servidores dos antigos territórios dentro do funcionalismo público federal, ou a ampliação da compensação dada aos estados e municípios pelas desoneração imposta pelo governo anterior.

O mercado olha cada um desses sinais do Congresso com temores de que o crescimento das despesas se torne uma certeza, principalmente as obrigatórias, e a recuperação da receita vire uma incerteza. No Ministério da Fazenda, o que se diz é que o aumento da receita não é miragem e que cada um dos projetos que está tramitando pode trazer recursos além do que

foi projetado. Seja como for, uma lufada de ar frio pode acabar prejudicando a economia que aos poucos vem retomando o caminho do crescimento.

As notícias não são exuberantes, mas estão espalhadas pela economia, mesmo nesse momento em que se chega na parte mais fraca do ano

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230918/>

Novo PAC mira setor privado, mas atrair empresas é desafio

Taís Hirata, Rafael Rosas e Murillo Camarotto

A terceira edição do Programa de Aceleração do Crescimento, o Novo PAC, traz uma diferença marcante em relação aos programas federais do passado, o foco no investimento privado. A novidade foi recebida com otimismo pelas empresas, embora especialistas ouvidos pelo Valor considerem que há entraves para que o desembolso privado se transforme em realidade. Citam a capacidade do mercado de absorver tantos projetos em relativo curto espaço de tempo - a primeira fase do programa termina em 2026 -, dificuldades de financiamento e na estruturação dos projetos. Também será preciso garantir a atração de novos atores e resolver concessões problemáticas dos PACs 1 e 2 nas rodovias, por exemplo.

O eixo de transportes é um dos principais do Novo PAC, com investimentos previstos de R\$ 349 bilhões em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Desse total, 73% são esperados que venham do setor privado. Os transportes só perdem, em termos de investimentos no programa, para a transição e segurança energética, que inclui o petróleo e gás, e para cidades sustentáveis e resilientes, capítulo que envolve o saneamento básico. Esta reportagem, a última de uma série publicada pelo Valor, discute pontos desses três principais eixos do PAC.

Embora a ênfase na maior participação privada seja uma novidade do PAC, o investimento público e estatal ainda é parte relevante do programa. Um exemplo está na indústria de petróleo e gás, que continua a depender quase exclusivamente de recursos da Petrobras, uma empresa estatal. A petroleira, sozinha, responde por 98% dos aportes previstos para este segmento no PAC: são R\$ 328 bilhões de um total de R\$ 335,1 bilhões.

O economista Samuel Pessôa, do FGV Ibre, mostra preocupação com aspectos do PAC 3: "Esse grupo político que está à frente do Executivo teve a chance de fazer seu programa de investimentos e os resultados foram ruins. Não estamos torcendo contra, mas a experiência prévia foi muito ruim".

Ele mostra-se surpreso, por exemplo, com a inclusão no programa da retomada das obras da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, uma bandeira

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Rnest foi um dos símbolos da má gestão da Petrobras na década passada. A unidade fazia parte das edições anteriores do PAC e foi responsável, só em 2014, por uma baixa contábil de R\$ 9,143 bilhões no balanço da Petrobras relativos ao segundo trem de refino. O custo da Rnest, estimado em US\$ 2 bilhões, saltou para mais de US\$ 18 bilhões ao longo do tempo, mesmo sem o término das obras. A refinaria foi objeto das investigações da Lava-Jato por superfaturamento.

Agora o plano é concluir a refinaria em 2027 com investimento estimado de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 7,5 bilhões). O primeiro trem de refino da Rnest - que ainda precisa ser concluído - entrou em operação em 2014, com capacidade para processar 130 mil barris por dia, mesma capacidade do segundo trem (ver reportagem abaixo).

O novo PAC prevê a conclusão da Unidade de Abatimento de Emissões (SNOX) e o término do primeiro e do segundo trens de refino. Procurada, a Petrobras disse que todos os 47 projetos da empresa, incluídos no PAC, já estavam na carteira do Plano Estratégico da companhia para o período 2023-2027. "Quando houver a aprovação do Plano Estratégico 2024-2028, os novos projetos relevantes serão incluídos no PAC", afirmou a estatal em nota.

Essa é outra característica do PAC: a inclusão na carteira de projetos que estão em andamento. A lógica vale para o óleo e gás, mas também para outros setores, como o de transportes. Boa parte dos investimentos do Novo PAC para este segmento está contratada, uma vez que os projetos foram fruto de leilões realizados em governos passados. Em ferrovias e em aeroportos, quase a totalidade dos investimentos está prevista em contratos existentes. Nas ferrovias, são R\$ 88,2 bilhões de obras garantidas, de um total de R\$ 94,2 bilhões, e, em aeroportos, R\$ 9,2 bilhões, de R\$ 10,2 bilhões.

Em rodovias, as concessões em andamento também têm peso relevante no Novo PAC: foram listados R\$ 50,8 bilhões de investimentos contratados. Porém, a projeção com novos leilões supera a cifra e chega a R\$ 62 bilhões. O desafio, neste caso, será garantir a atração dos investidores para os projetos, segundo

especialistas do setor.

A meta de fazer 35 leilões rodoviários até 2026, anunciada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), é vista por analistas como difícil de se atingir. "Não é impossível, mas não há precedentes para algo assim. Será desafiador", avalia Lucas Sant'Anna, sócio do Machado Meyer Advogados.

Especialistas citam dois possíveis gargalos. O primeiro é o processo de estruturação dos projetos que, em geral, levam de dois a quatro anos e dependem da estrutura de órgãos externos, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Tribunal de Contas da União (TCU), observa Sant'Anna.

O segundo é a incerteza em relação ao interesse do mercado. No primeiro leilão rodoviário da atual gestão, participaram dois grupos ainda sem contratos federais, um sinal positivo. Porém, houve apenas dois competidores. No mercado, a percepção é que até o fim de 2023 será possível dimensionar o tamanho do risco, dado que há novos grupos sondando as licitações.

Ao ser questionado sobre a viabilidade de se atrair grupos interessados a tantos leilões de rodovias, o ministro Renan Filho tem repetido que uma medida importante será resolver as concessões problemáticas dos últimos anos, que acumulam passivos milionários e disputas judiciais. Entre os projetos de PACs anteriores que fracassaram, estão as concessões da BR-040, em Minas Gerais, da Invepar; a BR-101, entre Espírito Santo e Bahia, da Ecorodovias, e o aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), da Triunfo e da UTC. Os três casos, assim como outros, resultaram em investimentos frustrados, obras paradas e uma série de disputas judiciais. Agora, a União tenta repactuar os contratos para destravar os investimentos.

Para as concessionárias, a resolução dos contratos é uma medida central do Novo PAC, segundo Marco Aurélio Barcelos, presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

Ele considera que o maior espaço para a participação privada no Novo PAC é positivo: "Há uma diferença clara em relação aos PACs anteriores. Não é mais um caderno de obras. Uma diferença central é o anúncio explícito de preferência pelo capital privado". Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), vai na mesma linha: "A participação privada é mais substantiva no Novo PAC.

Não estamos vendo aquele suposto ranço da

participação privada".

Tadini avalia que outra questão central para impulsionar os investimentos é viabilizar o financiamento de todos esses projetos.

"O BNDES precisa ser fortalecido.

O banco está com orçamento menor do que no passado. Com o orçamento atual, não consegue levar adiante a missão. O BNDES tem feito ações para melhorar a estrutura de funding. Pode ter que limitar os dividendos, por exemplo. Banco de fomento não é para pagar dividendo", diz.

A maior participação do BNDES no crédito embute o risco, em cenário de juros ainda altos, de que as empresas só aceitem entrar nos projetos se houver algum subsídio, política criticada por economistas preocupados com as contas públicas no país, como mostrou o Valor na primeira reportagem da série sobre o PAC, em 5 de setembro.

Sobre essa questão, Mauricio Muniz, da Casa Civil, afirma que houve diálogo com os bancos públicos: Banco do Brasil, Caixa, BNDES e BNB. "Levantamos a capacidade dos diversos fundings, FGTS, FAT etc. As previsões de financiamento que estão no PAC estão alinhadas com os bancos e com a capacidade financeira. Não é um chute, é uma estimativa a partir das regras atuais e da capacidade de funding dos bancos públicos e das fontes de recursos FAT e FGTS." Para além dos projetos privados, especialistas do setor de transportes avaliam que as obras do Novo PAC, embora relevantes, não deverão provocar grande transformação na malha logística. "É um plano que tenta fazer o que dá com o pouco que se tem. Não existe uma visão sistêmica, que privilegie a integração dos modais ou projetos estruturantes. É claro que qualquer melhora é bem-vinda, mas os investimentos não vão mudar a matriz de transportes do Brasil.

Mesmo que as obras sejam realizadas, é pouco", avalia Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes.

Entre os modais, o rodoviário concentra a maior parte dos recursos: R\$ 186 bilhões, cerca de 53% do total. Se considerados apenas os recursos públicos, que somam R\$ 92 bilhões, as estradas têm fatia ainda maior, com R\$ 73 bilhões de intervenções que deverão vir do orçamento. "É um plano muito focado na recuperação do pavimento, o que é positivo porque pelo menos vai manter a malha rodoviária.

São obras mais pulverizadas, sem projetos faraônicos. Mas faltam empreendimentos mais estruturantes de ferrovias e hidrovias", afirma Quintella.

Para Maria Fernanda Hijjar, sócia- executiva do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), o nível de investimentos em transporte, em relação ao **PIB**, não deverá subir muito com o Novo PAC e deverá seguir abaixo de 1%. "O volume de recursos previsto não vai ser suficiente pra melhorar a posição do Brasil nos rankings de competitividade de infraestrutura." O Ministério de Portos e Aeroportos afirmou que o segmento de portos "prevê essencialmente investimentos privados". Sobre os TUPs incluídos no programa, destacou que "os critérios adotados para aceitação e inclusão no PAC foram a maturidade dos empreendimentos e o licenciamento ambiental já obtido". O Ministério de Transportes não se manifestou até a conclusão desta edição.

Outro segmento animado com os investimentos, mas ainda incerto sobre os resultados do Novo PAC é o de mobilidade urbana. Do total de R\$ 48,8 bilhões de investimentos previstos, R\$ 15,8 bilhões foram alocados a obras e concessões pelo país, e outros R\$ 33 bilhões ainda não têm destino certo, dado que serão alvo de processo de "seleção". "Nos outros PACs também havia vários investimentos em mobilidade, mas apenas uma parte pequena virou realidade. Temos que ficar atentos para que isso não aconteça", diz Joubert Flores, presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos).

Para ele, existe expectativa sobre o trabalho que o BNDES está fazendo junto às regiões metropolitanas, o qual poderá gerar novos projetos de qualidade e que poderão ser incluídos no programa. Será preciso esperar para saber os resultados a serem obtidos com o Novo PAC nesta e em outras áreas.

"Uma diferença central do Novo PAC é a preferência pelo setor privado" Marco Barcelos

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Haddad diz que Congresso Nacional tem "abertura" para discutir taxaço

Estevão Taiar

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o Congresso Nacional tem apresentado "grau de abertura bastante significativo" para discutir questões como a taxaço de "offshores" e fundos exclusivos. Ambas as medidas estão em tramitaço no Congresso e fazem parte do pacote do governo federal para ter um resultado primário zerado no ano que vem, conforme previsto no arcabouço fiscal. A União projeta, respectivamente, arrecadaçoes de R\$ 7 bilhões e R\$ 13,3 bilhões com as taxaçoes de "offshores" e fundos exclusivos para 2024.

"A verdade é que o Congresso está debruçado sobre todas as ações do Ministério da Fazenda, com um grau de abertura bastante significativo", disse Haddad em evento em Nova York ao ser perguntado sobre a necessidade de conciliar as taxaçoes com outras propostas da pasta, como a agenda de sustentabilidade.

"Às vezes faz uma sugestão de uma emenda. É natural que em um processo democrático o Executivo não imponha a sua vontade. Por mais que seja sólida a base de sustentaço de um governo, nós queremos ouvir a opinião dos parlamentares." Haddad citou os compromissos em comum em Nova York nos últimos dias dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), como sinal de que há um "clima favorável a tudo" e de "harmonizaço" entre os Poderes. De acordo com ele, "quanto mais cedo colhermos os frutos" das propostas apresentadas pelo governo federal, mais cedo também o crescimento da economia brasileira ganhará novo patamar estrutural de crescimento.

As afirmaçoes foram feitas em evento realizado pela Confederaço Nacional da Indústria (CNI) e pela Federaço das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Haddad disse ainda que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano "vai ser superior a 3%". No evento, Haddad lembrou que o presidente Lula terá reunião na próxima quarta-feira com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. O ministro destacou que foi convidado para participar do encontro, classificado por ele como "uma oportunidade única" para mostrar

os avanços do Brasil na área de sustentabilidade e, com isso, impulsionar o crescimento econômico.

Haddad também chamou atenço para a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no mesmo painel do evento desta segunda-feira. Com ambos dividindo o palco, Haddad afirmou que "o Brasil é um dos poucos países que podem colocar o ministro da Fazenda e a ministra do Meio Ambiente lado a lado falando a mesma língua e com o mesmo propósito".

Ele destacou a queda de 48% do desmatamento da Amazônia em oito meses, mas, apesar dos avanços no combate ao desmatamento da Amazônia, reconheceu que a agenda de sustentabilidade precisa ser mais ampla.

Ele afirmou, por exemplo, que a "agenda da pecuária e agricultura moderna tem que estar no nosso horizonte". De acordo com o ministro, há "grande disposiço de empresários do agro de fazer" investimentos para atingir os patamares necessários de sustentabilidade.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

O desafio da taxa de juros (Artigo)

Luque, Silber, Luna e Zagha

Carlos Luque é professor da FEA- USP e presidente da Fipe.

Simão Silber é professor da FEA-USP

Francisco Vidal Luna é professor da FEA aposentado

Roberto Zagha foi professor Assistente na FEA-USP nos anos 1970 e no Banco Mundial a partir de 1980, onde encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia.

A **inflação** pós-covid expôs conceitos raramente discutidos fora dos meios acadêmicos.

Conceitos tais como: **inflação** de custos versus **inflação** de demanda, taxa natural de desemprego, taxa natural de juros, ancoragem de expectativas, nível das metas de **inflação**, curva de Philips e independência de bancos centrais passaram a ser discutidos na mídia e nos meios políticos.

Essa discussão está focada em seis questões:

1- Causas da **inflação**: de demanda? em cujo caso é necessário "resfriá-la" com aumentos da taxa de juros. De oferta? Onde a melhor estratégia é aceitar uma **inflação** temporariamente mais alta do que a desejada, complementada com medidas para reduzir as restrições de oferta. Mas não há um teste empírico que permita decidir a natureza da **inflação**.

Nos últimos dois anos, em todos os países, apesar de dúvidas e controvérsias, a **inflação** foi tratada como **inflação** de demanda.

Apesar de controvérsias, a justificativa tem sido baixas taxas de desemprego nos EUA e UE.

2 - É a taxa de juros um instrumento adequado para combater a **inflação** pós- covid? Vários estudos mostram que uma parte importante da **inflação** nos EUA e Europa é devida a oligopólios e aumentos da taxa de lucro associados ao poder de mercado. Nesse caso, a estrutura da economia cria as condições para a **inflação** e um aumento da taxa de juros nada fará para mudar essa estrutura.

3- Metas de **inflação**: nos EUA, na Europa e outros países, 2% foi a meta de **inflação** vigente nos últimos

30 anos. Deveria a meta ser mais alta? Vários economistas nos EUA e UE sugeriram 3 a 4%, questionando os benefícios de manter a taxa em 2%. Estes economistas foram ignorados, apesar de não existir estimativas de custos e benefícios associados a uma determinada taxa de **inflação**.

No Brasil, em 2017, também sem análise dos custos e benefícios, o CMN decidiu reduzir a meta de **inflação**, o que levou a aumentos da taxa Selic, já entre as mais altas do mundo, ao nível de campeã mundial.

4 - Taxa neutra de juros: o economista sueco Wicksell definiu em 1898 a taxa de juros neutra como aquela que gera pleno emprego com preços estáveis. Essa taxa não é observável. Os economistas desenvolveram modelos que permitem aproximações, mas é aceito que essas estimativas são referências conceituais, não verificáveis empiricamente e certamente não parâmetros a serem utilizados em tomadas de decisões.

Num artigo brilhante e instigante, José Serra recentemente questionou o porquê de uma taxa neutra no Brasil muito mais alta do que no resto do mundo. Todos as variáveis que teoricamente influenciam a taxa neutra de juros, em particular o nível de desemprego, apontariam ao contrário.

5 - Desancoramento de expectativas: se os agentes econômicos, antecipam um aumento de preços no futuro, eles tentarão antecipar esses aumentos e aumentar preços e salários no presente.

Se os agentes tiverem algum poder de mercado, a simples expectativa de **inflação** pode então gerar **inflação**. Os bancos centrais acompanham a evolução de expectativas e se um aumento da **inflação** no presente leva ou não a um aumento da **inflação** esperada no futuro. Se a **inflação** presente aumenta, mas a **inflação** esperada no futuro permanece estável as expectativas estão ancoradas. Há um aspecto intangível da expectativa, tanto que o prêmio Nobel Solow se expressou da seguinte forma: "Tenho muitas dúvidas em utilizar expectativas como um fator causal; expectativas são por definição uma força que intuitivamente podemos sentir como presentes e importantes, mas que não podemos observar diretamente".

O Fed e o Banco Central Europeu acompanham a **inflação** esperada, implícita nas taxas de juros de longo prazo e fazem pesquisas mensais sobre

expectativas dos consumidores, produtores e profissionais da previsão econômica. As expectativas de diferentes agentes obviamente não são as mesmas e há muita incerteza associada a descobrir o que os agentes pensam que o futuro trará.

No Brasil, o BC utiliza a pesquisa Focus, com as previsões de cerca de 120 bancos, gestores de recursos e demais instituições (empresas no setor real, distribuidoras, corretoras, consultorias e outras) para a economia brasileira.

6 - A curva de Philips: desde os anos 1950 a curva de Philips tem sido um instrumento central nos modelos macroeconômicos. A curva relaciona taxas de aumentos de salário com o nível de desemprego.

Quanto menor o desemprego, maior o poder de mercado dos trabalhadores, e maior será a tendência para aumentos de salários, o que porá pressão sobre os preços e **inflação**. Milton Friedman e Edmund Phelps desenvolveram nos anos 60 a noção de "taxa natural de desemprego". Se o desemprego cair abaixo dessa taxa natural, se desencadeia um processo inflacionário.

Mas essa taxa também não é observável. Durante várias décadas nos EUA, 5% foi considerada a taxa "natural" de desemprego. Em anos recentes ela foi reduzida para 4%. Hoje em dia a taxa de desemprego está abaixo em 3,5%.

A discussão desses seis temas, centrais em todos os modelos macroeconômicos, põe em evidencia a dificuldade de verificação empírica e a incerteza associada a instrumentos macroeconômicos em modelos utilizados pelos bancos centrais no mundo.

Eles permitem construir cenários, mas não nos permitem dizer se a taxa de juros amanhã deveria ser de x ou de y. Essa incerteza explica por que em muitos países, Estados Unidos, UE, Índia, Indonésia, entre outros, o banco central tem optado por moderação, deixando de lado as taxas de intervenção recomendadas pelos modelos e implementado aumentos modestos da taxa de juros, aceitando juros reais negativos.

Esse não é o caso do BCB. A taxa Selic em termos reais continua acima de 10%, um nível desconhecido no resto do mundo.

Concluindo: temos um sistema sofisticado para estabelecer as taxas de juros no Brasil. Mas devemos reconhecer que muitas variáveis são de difícil mensuração e muitas nem podem ser observadas.

Em função de toda essa complexidade fica bastante

difícil entender porque a definição de taxa de juros é feita com tanto requinte: 13,75% ou 13,25%, em um país onde a renda per capita ainda está abaixo do nível de dez anos atrás. A decisão de reduzir a taxa de juros em 0,5% é bem-vinda, mas insuficiente para restabelecer os equilíbrios básicos da economia brasileira. Esperemos que a taxa continue a ser reduzida paulatina, porém substancialmente, e chegue a um nível modesto de um dígito.

Em paralelo, o grande desafio será o de combater a estrutura oligopolística do setor financeiro que estrangula a economia brasileira e permitir que reduções na taxa Selic se reflitam em taxas que empresas e consumidores possam pagar.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230918/>

Commodities levam dólar a R\$ 4,85

Arthur Cagliari, Matheus Prado, Gabriel Roca e Gabriel Caldeira De São Paulo

O mercado começou a se preparar para uma série de decisões de política monetária nesta semana, com ênfase nas reuniões do Banco Central do Brasil e do Federal Reserve (Fed, dos EUA), e adotou um tom mais cauteloso nos negócios ontem. As bolsas em Nova York terminaram praticamente estáveis, enquanto o Ibovespa encerrou a sessão em queda, em dia de leve alta dos juros futuros. O câmbio, porém, destoou do comportamento mais cuidadoso e deu prosseguimento à retirada de prêmio, o que levou o dólar a cair contra o real.

"É pouco provável que o Copom abra a porta para uma queda de 0,75 ponto percentual nos juros nesta semana. Embora a **inflação** subjacente tenha continuado a cair, os dados de crescimento permanecem fortes. Nesse contexto, acreditamos que o real deverá apresentar um desempenho superior, uma vez que os termos de troca também permanecem favoráveis", diz a estrategista Andrea Kiguel, do Barclays, em nota enviada a clientes. Ontem, o dólar à vista encerrou o pregão negociado a R\$ 4,8556, em queda de 0,31%.

O desempenho do real, inclusive, tem chamado a atenção de participantes do mercado. Neste mês de setembro, o dólar acumula queda de 1,91% contra a moeda brasileira, mas registra alta contra a maioria das divisas de mercados emergentes e desenvolvidos.

Para o economista-chefe do Pic- Pay, Marco Antonio Caruso, o cenário externo deu um alívio para o real, que continua a se beneficiar do ainda alto diferencial de juros.

"A visão negativa com a China parece ter atingido um pico. Os últimos dados da economia chinesa vieram melhores que o esperado.

Coincidentemente ou não, os preços do minério de ferro valorizaram algo em torno de 7% até aqui, enquanto os do petróleo, que é importante para a nossa arrecadação, avançaram 9%", nota. Ontem, os preços do barril do petróleo tipo Brent se aproximaram de US\$ 95.

A alta de preços das commodities pode ser uma explicação para a melhor performance do real. "A visão mais otimista com commodities pode ter levado fundos multimercados brasileiros a adotar uma

estratégia um pouco mais "vendedora" de dólar", afirma Caruso.

Dados da B3 mostram que, na semana passada, a posição vendida em dólar futuro, dólar mini, swap cambial e cupom cambial (DDI) do investidor institucional local aumentou US\$ 1,73 bilhão.

Além disso, o economista diz que indicadores econômicos nos EUA, que indicam uma desaceleração "tranquila" da economia, podem ser outro motivo para o atual desempenho positivo do real. "A queda dos números de vagas em aberto, do relatório Jolts, está mostrando que os EUA estão supostamente tendo menos pressão salarial, porque vagas que não são preenchidas estão fechando, mas sem gerar desemprego", diz. "E um pouso suave combina com dólar fraco, ao menos no curto prazo." A perspectiva de fluxo também segue no radar de participantes do mercado. Enquanto o governo se prepara para a emissão de "green bonds", importantes participantes do mercado têm reafirmado o otimismo com os ativos locais após o estresse observado no mês de agosto.

Os estrategistas do J.P. Morgan, por exemplo, reabriram posição aplicada nos juros futuros. "Há espaço para que a curva de juros continue a se beneficiar do ciclo de cortes e para que o mercado precifique uma taxa terminal mais baixa", dizem.

O banco aposta na taxa do DI para janeiro de 2026 a 9,10%.

Ontem, porém, o dia foi de alta dos juros futuros. A taxa do DI para janeiro de 2026 subiu de 10,075% para 10,11%. Nesse contexto, o Ibovespa fechou em queda de 0,40%, aos 118.288 pontos, enquanto, em Nova York, o índice Dow Jones avançou 0,02%; o S P 500 ganhou 0,07%; e o Nasdaq terminou com alta de 0,01%.

A bolsa local aproveitou a realização de lucros do minério de ferro para uma correção nas ações de empresas relacionadas a commodities metálicas, um dos setores com maior peso no Ibovespa.

As ações ordinárias da Vale fecharam em queda de 1,18%.

"O mercado acreditava no início do ano que a China ia reancorar o crescimento do mundo sozinha, se decepcionou e adotou um pessimismo possivelmente

exacerbado, o que pode ter criado boas assimetrias.

Não estamos hiperotimistas, mas os preços parecem descontados.

Ademais, os últimos dados foram melhores e o governo continua falando de estímulos", diz o responsável pela mesa de ações do BTG Pactual, Jerson Zanlorenzi.

O desempenho do Ibovespa, porém, teve ajuda do petróleo, que puxou para cima as ações da Petrobras: as ordinárias tiveram alta de 1,25% e as preferenciais, de 0,71%, com a distribuição de dividendos também no radar de investidores.

Na sexta-feira, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, lembrou que os proventos da companhia não foram computados no Orçamento enviado pelo governo ao Congresso e podem ajudar a fechar as contas.

"O petróleo também se beneficia da atividade aquecida nos EUA e da restrição de oferta. Isso ajuda, é claro, as ações da Petrobras, que seguem com preços atrativos, mesmo que o investimento na companhia sempre venha com o "disclaimer" em relação aos riscos de governança", afirma Zanlorenzi.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187663>